

ANÁLISE DE INDICADORES DA PNAD CONTÍNUA PARA MATO GROSSO ENTRE OS ANOS DE 2012 A 2018. CARACTERÍSTICAS DE ESCOLARIDADE

Pedro Nessi Snizek Jr
Herbert Tadashi Mitsuyuki
Marta Regina Graciolli Kusdra Kozlakowski

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo uma análise preliminar dos indicadores da Pnad Contínua para Brasil, Mato Grosso, Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e Município de Cuiabá entre os anos de 2012 a 2018 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com o enfoque na escolaridade. Os resultados do Estado mostram que existe uma forte predominância na força de trabalho de pessoas acima de 14 anos a nível de Brasil com ensino médio completo e o quantitativo de pessoas desocupadas é sempre maior para este grau de instrução. Na maioria dos trimestres analisados em todos os níveis geográficos a relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%) tem valores menores para as pessoas que concluíram o curso superior. Em todo os períodos e níveis geográficos estudados, o rendimento do nível superior completo é superior ao do nível médio completo que é mais elevado que o observado no nível fundamental completo. As pessoas com nível superior, no período analisado, apresentavam um número médio de horas trabalhadas inferior aos níveis médio e fundamental

Palavras-chave: Horas habitualmente trabalhadas, Rendimento Médio (R\$), Pessoas Desocupadas

ABSTRACT

The present study aims to make a preliminary analysis of the indicators of PNAD for Brazil, Mato Grosso, Cuiabá River Valley Metropolitan Region and Cuiabá Municipality between 2012 and 2018, conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, with a focus on schooling. The results of the state show that there is a strong predominance in the labor force of people above 14 in Brazil with full secondary education and the number of unemployed persons is always higher for this level of education. In most quarters analyzed at all geographic levels, the ratio of persons 14 years old and above, unemployed and the workforce (%) has lower values for those who have completed higher education. Throughout the periods and geographic levels studied, the yield of the complete upper level is higher than the full secondary level which is higher than that observed at the complete fundamental level. In the analyzed period, people with higher education had an average number of hours worked less than the average and fundamental levels

Keywords: Hours usually worked, Average Income (R \$), Unemployed

1.Introdução

Até janeiro de 2012 a principal pesquisa demográfica do Brasil era a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que anualmente investigava os principais indicadores demográficos do país. Além disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) investigava e acompanhava o mercado de trabalho por meio da Pesquisa Mensal de Emprego - PME. Até então, tais pesquisas não apresentavam um nível de desagregação que permitisse a avaliação dos dados à nível de todas as unidades da federação, principais regiões metropolitanas e capitais. Com a conclusão do projeto de expansão da amostra das referidas pesquisas pelo IBGE, à partir desta data, as duas pesquisas foram substituídas pela PNAD Contínua com substancial aumento da amostra em número de municípios e setores, o que possibilitou a desagregação dos resultados, possibilitando análises em recortes de menor escala.

O IBGE, como principal órgão produtor de estatísticas de natureza econômica, social e demográfica no País, procura, permanentemente, aprimorar seu sistema de levantamentos de informações geográficas, estatísticas e ambientais.

Dentro desta perspectiva, concluiu-se em 2012 o projeto de integração das Pesquisas Domiciliares e teve início à coleta da PNAD Contínua considerando, ainda, a constante demanda e questionamentos por parte de órgãos governamentais, centros de estudo, pesquisadores e de organismos internacionais sobre a inexistência de indicadores conjunturais relativos à força de trabalho da totalidade do País e das Unidades da Federação (Nota Técnica IBGE, 2015).

A PNAD Contínua substituiu as estatísticas sobre mercado de trabalho obtidas à partir da Pesquisa Mensal de Emprego - PME e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD ANUAL, potencializando os resultados produzidos por ambas, agregando, em relação à primeira, a cobertura do território nacional e, em relação à segunda, a disponibilização de informações sobre trabalho com periodicidade de

divulgação que permitem a análise conjuntural do tema (Pitombo Leite, F. 2016; Hypólito, 2010).

Em relação a essas duas pesquisas, a PNAD Contínua também incorpora atualizações conceituais referentes ao tema trabalho, com base nas recomendações internacionais vigentes no momento da concepção da pesquisa, nas discussões preparatórias para a 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET, da OIT, e finalmente nas recomendações adotadas pela Conferência em outubro de 2013 sobre trabalho, ocupação e subutilização da mão de obra.

A PNAD Contínua visa produzir indicadores conjunturais para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e à longo prazo, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do País.

A pesquisa é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra mestra de setores censitários, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014; Notas Metodológicas 23 IBGE, 2007; Nota Técnica IBGE, 2015). A referida pesquisa teve início de coleta experimentalmente à partir de outubro de 2011. Em janeiro de 2012 os trabalhos efetivamente tiveram início.

Este trabalho visa aproveitar esta maior abrangência e maior nível de desagregação da pesquisa Pnad Contínua para comparar os resultados em nível de Brasil, Centro Oeste, Mato Grosso, Região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e município de Cuiabá, enfocando principalmente o efeito da escolaridade.

2. Metodologia da pesquisa e Variáveis estudadas

O trabalho fez uso dos dados da série histórica da Pnad Contínua realizada pelo IBGE, mais precisamente no período do 1º trimestre de 2012 ao 4º trimestre de 2018.

Foram considerados no estudo as variáveis:

- 1) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, na semana de referência (Mil pessoas);
- 2) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (Mil pessoas);
- 3) Relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%),
- 4) Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais)
- 5) Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Horas)

Os dados foram avaliados à nível de Brasil, Centro-Oeste, Mato Grosso, Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e município de Cuiabá para todas as variáveis

A região metropolitana do vale do Rio Cuiabá é composta pelos municípios de: Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande

O presente estudo considerou as diferenças observadas entre pessoas de 14 anos ou mais com ensino fundamental completo ou equivalente (Fundamental), Ensino médio completo ou equivalente (médio) e Ensino superior completo (Superior) para todas as variáveis citadas acima.

Esta avaliação nestes níveis somente foi possível devido a metodologia empregada pela pesquisa Pnad Contínua. As pesquisas PNAD e PME não permitiam

este nível de desagregação, devido ao plano amostral, periodicidade e tamanho de amostra que as caracterizaram.

A cada trimestre, a PNAD Contínua investiga em torno de 211.000 domicílios em aproximadamente 16.000 setores censitários de todo o Brasil. O maior número de municípios, de setores censitários e de domicílios investigados, em relação à PNAD Anual, permite um ganho considerável na precisão das estimativas, especialmente nas Unidades de Federação de menor tamanho de população e nas áreas rurais (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014, Notas Metodológicas 23 IBGE, 2007).

Segundo Hypólito (2010) cada domicílio selecionado para a pesquisa será entrevistado cinco vezes, durante cinco trimestres consecutivos. Portanto, um domicílio será visitado pela segunda vez três meses após a primeira visita, pela terceira vez três meses após a segunda visita, e assim por diante.

Desta forma, em dois meses consecutivos, os domicílios entrevistados serão completamente diferentes. No entanto, de um trimestre para o próximo, haverá uma sobreposição de 80% dos domicílios. De um ano para o próximo, este número chegará a 20%. Entre os motivos que nortearam a escolha do citado esquema de rotação, pode-se destacar o fato de este apresentar uma das menores variâncias na estimativa das diferenças trimestrais entre os propostos para a PNAD Contínua.

O tema central da pesquisa é trabalho e rendimento. As variáveis destes tópicos, juntamente com aquelas que compõem o núcleo básico do SIPD (Sistema Integrado de Pesquisas Demográficas) – tais como sexo, cor ou raça, idade, composição do domicílio e nível de instrução, serão investigadas em 100% dos domicílios de um trimestre.

A população alvo da pesquisa Pnad Contínua é constituída por todas as pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes da área de abrangência da pesquisa.

A pesquisa é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra mestra de setores censitários, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos citados acima.

A abrangência geográfica da PNAD Contínua é: todo o território nacional dividido nos setores censitários da base Operacional Geográfica de 2010. Excluídas áreas com características especiais, classificadas pelo IBGE como setores de: aldeias indígenas, quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, embarcações, barcos, navios, penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e agrovilas de projetos de assentamentos rurais, e também os setores censitários localizados em Terras Indígenas (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014; Notas Metodológicas 23 IBGE 2007; Gonçalves e Menezes Filho, 2015).

É importante ressaltar as diferenças existentes entre a Pnad Contínua e Pnad Anual. A primeira tem abrangência para Brasil, Grande Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que incluem o município capital do estado e os municípios restantes que compõe este nível de desagregação. Também é investigado o município capital do estado separadamente. (Nota Técnica IBGE, 2015).

A abrangência da coleta da informação na PME limitava-se apenas as áreas urbanas de 6 regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre num total de 145 municípios). A Pnad Anual tinha uma amostra de 1100 municípios, em Mato Grosso eram cerca de 43 municípios, já a Pnad Contínua considera 3500 municípios; em Mato Grosso, do total dos 141 municípios, 91 são visitados trimestralmente.

A Pnad Anual tinha abrangência Nacional, Grandes Regiões, Unidades da Federação e 09 Regiões Metropolitanas. (Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). A Pnad Anual e a PME foram descontinuadas no ano de 2016. (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014, Notas Metodológicas 23 IBGE, 2007; Gonçalves e Menezes Filho, 2015).

Cabe aqui ressaltar alguns conceitos da pesquisa Pnad Contínua que serão de grande importância para a interpretação dos resultados (Notas Metodológicas 1 IBGE, 2014):

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que começariam após a semana de referência.

São classificados como rendimento Médio Real Habitual das Pessoas Ocupadas em Todos os Trabalhos é o rendimento bruto real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços do mês do meio do trimestre mais recente que está sendo divulgado. O deflator utilizado para isso é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Rendimento médio nominal habitualmente recebido no trabalho principal pelos ocupados: é o rendimento bruto nominal médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência.

As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana.

Relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%) – Foi calculado em percentual, a relação entre pessoas na força de trabalho e desocupadas para cada um dos três níveis de instrução considerados no trabalho. Variável calculada e não extraída dos resultados divulgados.

Semana de entrevista – é a semana de domingo a sábado, destinada à realização das entrevistas nas unidades domiciliares de um determinado grupo de setores.

Semana de referência – é a semana de domingo a sábado que precede a semana de entrevista. Esse período é utilizado, por exemplo, na captação de pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso e dedicação à atividade de cuidado de pessoas.

Horas habitualmente trabalhadas por semana – As horas habitualmente trabalhadas são aquelas que a pessoa tinha o hábito ou costumava dedicar ao trabalho, portanto, independe de a pessoa ter trabalhado ou não na semana de referência. As horas habitualmente trabalhadas foram investigadas para o trabalho principal, secundário e demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

Para a referida pesquisa, também com o objetivo de tornar a presente análise o mais compatível possível com as realizadas para dados anuais, o primeiro procedimento a ser implementado consiste na agregação, por domicílio, da variável relativa ao rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos, exclusive pensionistas, empregados domésticos e seus parentes, calculado para pessoas com 14 anos ou mais de idade. Após a agregação, realiza-se a divisão pelo número de componentes do domicílio (Pitombo Leite, 2016).

3.Resultados e Discussão

Como pode ser analisado na tabela 1 que considera pessoas de 14 ou mais anos na força de trabalho, o número de pessoas com ensino fundamental no período do 1º trimestre de 2012 ao 4º trimestre de 2018 diminui em todos os níveis geográficos analisados (Brasil, Centro Oeste, Mato Grosso, Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e Cuiabá).

Pode ser avaliado que existe uma forte predominância na força de trabalho de pessoas acima de 14 a nível de Brasil com ensino médio completo quando comparado a pessoas com nível fundamental completo ou superior completo. Estas diferenças

também existem, com menor intensidade, nos outros níveis geográficos analisados. Exceção feita ao nível geográfico Vale do Rio Cuiabá, onde no final da série foram observados valores bastante semelhantes na força de trabalho de pessoas com ensino médio e superior completos.

O número de pessoas com 14 ou mais anos com ensino médio e superior completos aumentam ao longo da série, exceção feita ao nível geográfico Vale do Rio Cuiabá que apresenta diminuição para o nível médio. Este incremento é mais significativo para pessoas com ensino superior completo em todos os níveis analisados.

Considerando os dados da tabela 2, o quantitativo de pessoas desocupadas com 14 ou mais anos de idade cresce à nível de Brasil e Centro Oeste ao longo da série para os três níveis de escolaridade formalmente concluídos analisados (fundamental, médio e superior). Observa-se que em termos quantitativos este crescimento é mais acentuado nos dois níveis geográficos para o ensino superior concluído.

Analisando o estado de Mato Grosso, observa-se que para o ensino fundamental completo o quantitativo de pessoas com 14 anos ou mais desocupadas aumenta ao longo do período analisado, mas retorna a valores muito semelhantes aos do início da série no período final analisado. Resultados semelhantes são observados também para nível médio, mas o quantitativo no período final da série é inferior ao do período inicial analisado. Neste nível geográfico analisado o quantitativo de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais com nível superior completo quase dobra em quantidade ao longo do período analisado.

Considerando a Região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá o quantitativo de pessoas desocupadas aumento ao longo da série, tanto para nível fundamental como médio, mas no período final apresenta valores inferiores aos observados no período inicial analisado. Com relação ao nível superior ocorre incremento de valores no período analisado com leve diminuição no período final, mas ainda com valores superiores aos observados na parte inicial da série.

Com relação a Cuiabá os resultados são bastante semelhantes aos observados na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. Exceção feita ao nível superior que apresenta crescimento constante do número de ocupados para o nível superior completo ao longo de toda a série.

Analisando a tabela 1 e as figuras 1,2,3,4,5 pode-se avaliar que o quantitativo de pessoas desocupadas é sempre maior para grau de instrução médio completo. Isto explica-se pela maior quantidade de pessoas na força de trabalho com este nível de instrução.

Na figura 1 podem ser analisados os dados à nível de Brasil e observa-se uma quantidade de pessoas desocupadas com nível médio bastante superior aos outros dois níveis de instrução analisados. Os valores tanto para nível fundamental com superior são bastante próximos ao longo de toda a série.

Na figura 2 podem ser analisados os dados da região Centro Oeste e os resultados são bastante semelhantes aos observados a nível de Brasil.

Na figura 3 são apresentados os resultados a nível de Mato Grosso. Neste nível geográfico observa-se na parte inicial da série um quantitativo de pessoas de nível médio desocupadas em quantidade superior aos de nível fundamental que é maior que os de nível superior. A diferença entre o grau de instrução médio em relação aos outros dois níveis é menor do que o observado tanto a nível de Brasil como Centro Oeste.



Trimestre	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação, Região Metropolitana e Município x Nível de instrução														
	Brasil			Centro-Oeste			Mato Grosso			Vale do Rio Cuiabá (MT)			Cuiabá (MT)		
	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior
1º trimestre 2012	10431	28756	13111	775	2070	1145	170	433	208	46	148	83	27	101	68
2º trimestre 2012	10523	29166	13328	778	2146	1132	170	440	194	44	153	76	29	103	63
3º trimestre 2012	10593	29261	13520	813	2144	1147	208	435	190	59	147	72	38	97	59
4º trimestre 2012	10557	29461	13669	831	2156	1184	210	438	205	58	155	77	38	102	64
1º trimestre 2013	10515	30204	13942	820	2220	1202	217	443	216	59	152	87	40	99	67
2º trimestre 2013	10456	30447	14063	838	2197	1206	218	450	220	55	164	90	30	112	73
3º trimestre 2013	10731	30472	14172	837	2245	1217	206	462	217	49	168	85	30	113	70
4º trimestre 2013	10786	30531	14231	856	2225	1233	225	435	226	59	154	87	32	105	72
1º trimestre 2014	10742	31192	14725	876	2198	1224	235	436	219	66	148	81	33	102	67
2º trimestre 2014	10811	31543	14907	847	2246	1265	229	446	219	58	146	84	32	96	70
3º trimestre 2014	10790	31242	14973	875	2248	1276	235	459	222	56	155	81	31	100	67
4º trimestre 2014	10787	31230	15354	889	2225	1321	240	435	215	72	143	83	41	92	69
1º trimestre 2015	10747	31556	15925	908	2280	1352	241	474	228	69	155	88	41	102	71
2º trimestre 2015	10690	31688	16119	908	2274	1355	237	471	226	57	155	92	33	99	71
3º trimestre 2015	10656	31846	16486	889	2290	1355	233	461	216	60	146	87	36	94	66
4º trimestre 2015	9966	32678	16725	792	2354	1383	194	487	222	49	163	86	30	112	68
1º trimestre 2016	10037	33177	17306	803	2399	1436	189	488	236	52	167	92	34	116	76
2º trimestre 2016	9956	33254	17257	800	2388	1501	181	483	250	53	163	92	34	112	73
3º trimestre 2016	9559	33711	17402	783	2396	1504	175	479	238	45	156	91	27	108	72
4º trimestre 2016	9626	33934	17737	741	2436	1564	171	494	245	43	158	96	27	106	74
1º trimestre 2017	9705	34530	18057	742	2409	1603	157	467	265	41	147	110	22	94	84
2º trimestre 2017	9272	34501	17924	705	2402	1640	138	463	262	34	146	104	24	95	78
3º trimestre 2017	9355	34453	18336	721	2431	1671	148	505	282	35	153	121	23	94	90
4º trimestre 2017	9249	34565	18478	689	2425	1658	144	493	277	37	152	107	24	99	81
1º trimestre 2018	8923	34938	18905	683	2469	1732	140	486	308	34	147	121	22	98	93
2º trimestre 2018	8868	34741	19099	686	2499	1727	147	494	295	37	149	120	23	99	95

3º trimestre 2018	8864	35120	19426	692	2524	1754	161	481	309	45	135	123	31	90	92
4º trimestre 2018	8767	35364	19869	702	2531	1813	158	469	328	35	133	131	20	85	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, na semana de referência (Mil pessoas)

A partir do 1º trimestre de 2016 esta diferença cresce com grande incremento do quantitativo de desocupados com nível médio (54 mil desocupados com nível médio). Além disso, o quantitativo de desocupados com nível superior cresce, com aproximação de valores em relação ao nível fundamental. O quantitativo de desocupados com nível médio volta a diminuir a partir do 2º trimestre de 2018.

Na figura 4 são apresentados os resultados para a região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e observa-se um quantitativo de desocupados com nível médio superior aos outros dois níveis de instrução analisados. Com um valor acima de 21 mil pessoas no 2º trimestre de 2016. Os valores neste nível de instrução começam a diminuir a partir do 1º trimestre de 2018. Aproximando-se dos valores observados no nível superior que apresenta incremento a partir do 2º trimestre de 2018, para logo no trimestre seguinte diminuir. Os quantitativos de pessoas desocupadas com nível fundamental e superior são bastante semelhantes ao longo da série. Exceção feita ao período final da série onde os valores para nível superior aumentam bastante. É preciso considerar que a quantidade de pessoas na força de trabalho com nível superior aumenta muito ao longo da série como pode ser observado na tabela 1. Com 83 mil pessoas com nível superior no início e 131 mil na parte final da série. De certa forma este aumento pode explicar ao crescimento do número de desocupados com nível superior no final da série analisada.

Na figura 5 são apresentados os resultados para o município Cuiabá e estes são bastante semelhantes aos observados na região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. Deve considerar somente que maior quantitativo de desocupados com nível médio ocorreu no segundo trimestre de 2016 com 17 mil pessoas.

Com relação a tabela 3 que analisa a relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%) pode-se avaliar para todos os níveis geográficos analisados que os valores aumentam até o ano de 2017 e depois começam a reduzir de forma tímida até o final da série.

Com relação as figuras 6,7,8,9 e 10 observa-se que na maioria dos trimestres analisados em todos os níveis geográficos analisados a relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%) tem valores menores para as pessoas

que concluíram o curso superior. As únicas exceções observadas são para a região metropolitana do vale do Rio Cuiabá e no município de Cuiabá a partir do 2º trimestre de 2018.

Analisando os dados da figura 6 que considera os dados a nível de Brasil, observa-se que os concluintes do nível superior ao longo de toda a série apresentam percentual inferior aos concluintes do nível fundamental e médio. Com valores oscilando entre 4 e 7% para os concluintes do nível superior e entre 7 e 16% para os concluintes dos níveis fundamental e médio.

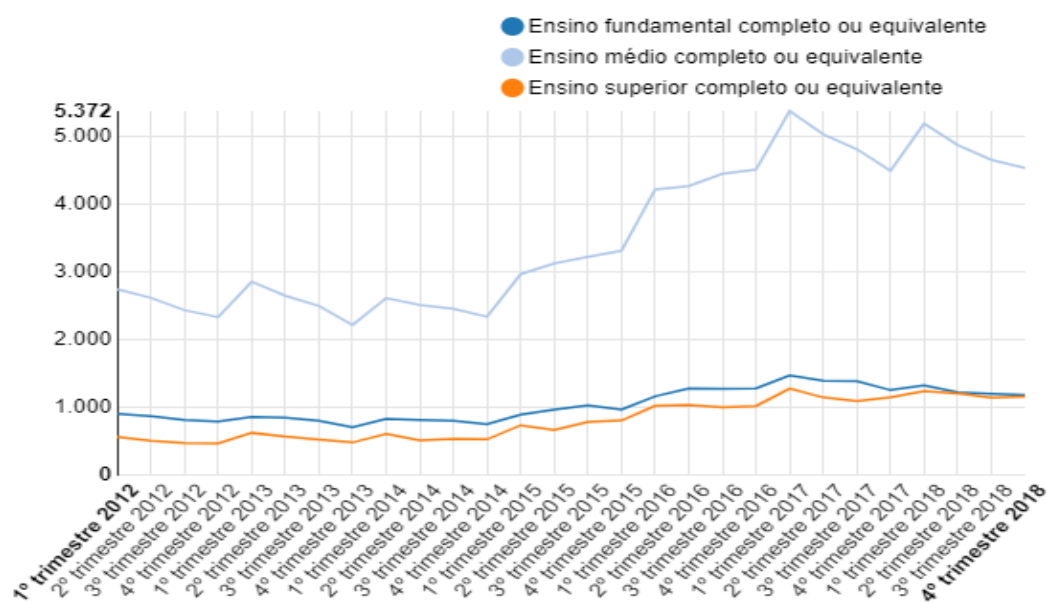


Figura 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (Mil pessoas) – **BRASIL**

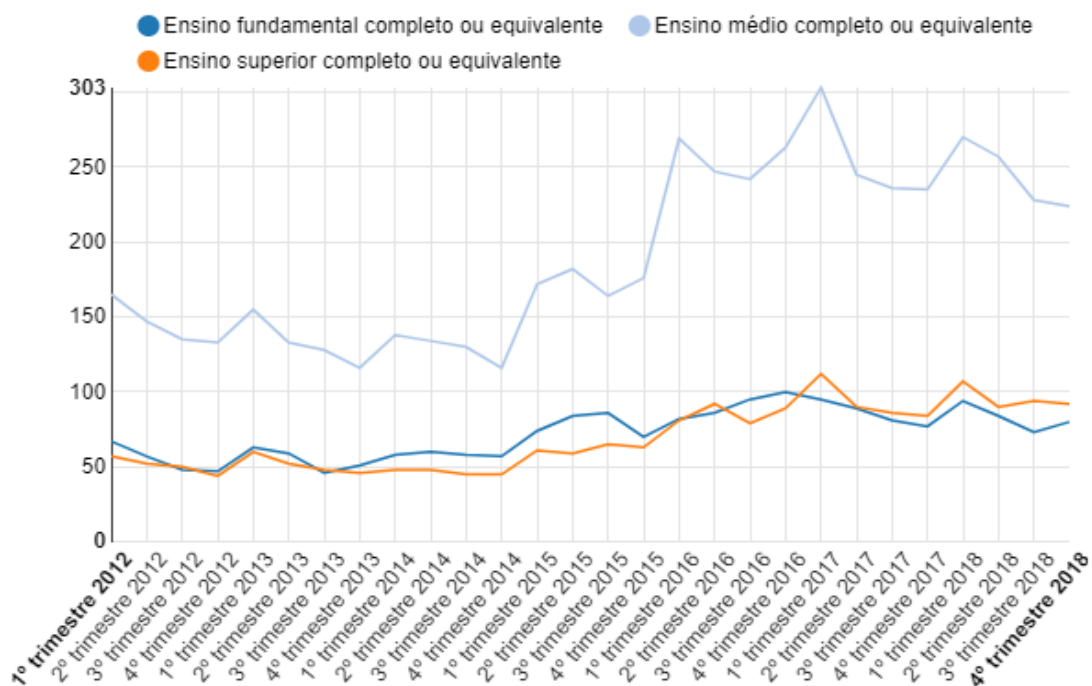


Figura 2 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (Mil pessoas) – **CENTRO OESTE**

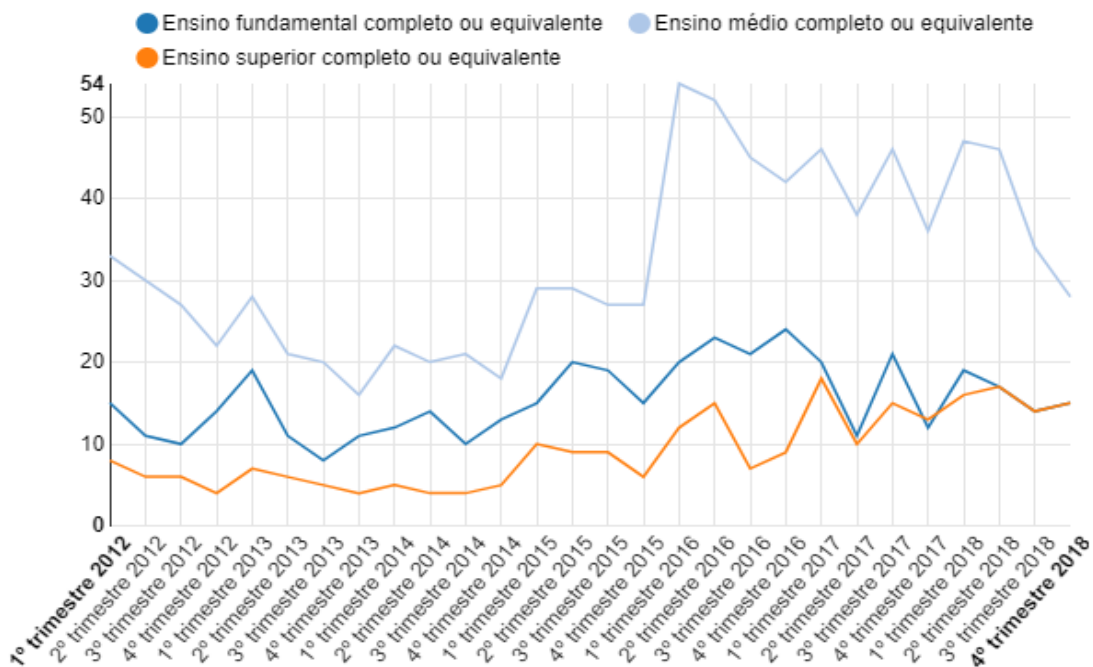


Figura 3 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (Mil pessoas) – **MATO GROSSO**

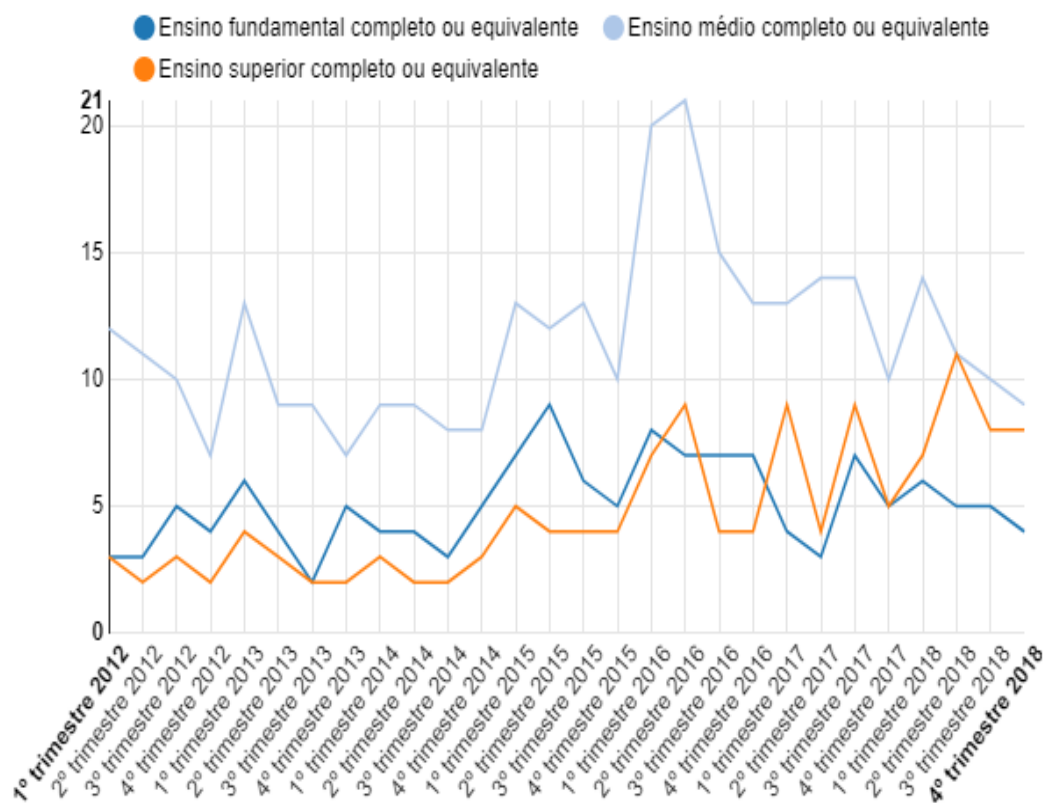


Figura 4 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (Mil pessoas) – VALE DO RIO CUIABÁ

Variável - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (Mil pessoas)															
Brasil, Grande Região, Unidade da Federação, Região Metropolitana e Município x Nível de instrução															
Trimestre	Brasil			Centro-Oeste			Mato Grosso			Vale do Rio Cuiabá (MT)			Cuiabá (MT)		
	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior
1º trimestre 2012	906	2744	564	67	165	57	15	33	8	3	12	3	2	6	3
2º trimestre 2012	873	2617	508	57	147	52	11	30	6	3	11	2	2	9	2
3º trimestre 2012	815	2434	476	48	135	50	10	27	6	5	10	3	3	8	3
4º trimestre 2012	793	2333	471	47	133	44	14	22	4	4	7	2	2	6	1
1º trimestre 2013	859	2853	624	63	155	60	19	28	7	6	13	4	4	8	2

Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (mil pessoas)

2º trimestre 2013	851	2648	569	59	133	52	11	21	6	4	9	3	2	5	2
3º trimestre 2013	805	2498	524	46	128	48	8	20	5	2	9	2	1	5	2
4º trimestre 2013	707	2216	483	51	116	46	11	16	4	5	7	2	3	5	2
1º trimestre 2014	831	2613	607	58	138	48	12	22	5	4	9	3	2	5	2
2º trimestre 2014	816	2512	515	60	134	48	14	20	4	4	9	2	3	5	2
3º trimestre 2014	802	2456	538	58	130	45	10	21	4	3	8	2	2	5	2
4º trimestre 2014	752	2338	529	57	116	45	13	18	5	5	8	3	3	6	2
1º trimestre 2015	893	2966	736	74	172	61	15	29	10	7	13	5	4	8	2
2º trimestre 2015	966	3126	668	84	182	59	20	29	9	9	12	4	5	7	3
3º trimestre 2015	1030	3219	787	86	164	65	19	27	9	6	13	4	4	11	3
4º trimestre 2015	967	3312	806	70	176	63	15	27	6	5	10	4	4	8	3
1º trimestre 2016	1164	4213	1022	82	269	81	20	54	12	8	20	7	5	16	6
2º trimestre 2016	1278	4267	1038	86	247	92	23	52	15	7	21	9	4	17	7
3º trimestre 2016	1274	4445	1001	95	242	79	21	45	7	7	15	4	4	11	3
4º trimestre 2016	1281	4507	1020	100	263	89	24	42	9	7	13	4	4	10	3
1º trimestre 2017	1470	5372	1277	95	303	112	20	46	18	4	13	9	3	11	8
2º trimestre 2017	1395	5030	1147	89	245	90	11	38	10	3	14	4	2	11	4
3º trimestre 2017	1385	4810	1091	81	236	86	21	46	15	7	14	9	5	10	7
4º trimestre 2017	1255	4488	1151	77	235	84	12	36	13	5	10	5	4	8	4
1º trimestre 2018	1324	5187	1240	94	270	107	19	47	16	6	14	7	4	11	7
2º trimestre 2018	1221	4869	1205	84	257	90	17	46	17	5	11	11	4	9	10
3º trimestre 2018	1199	4651	1141	73	228	94	14	34	14	5	10	8	3	7	6
4º trimestre 2018	1185	4531	1163	80	224	92	15	28	15	4	9	8	2	6	6

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

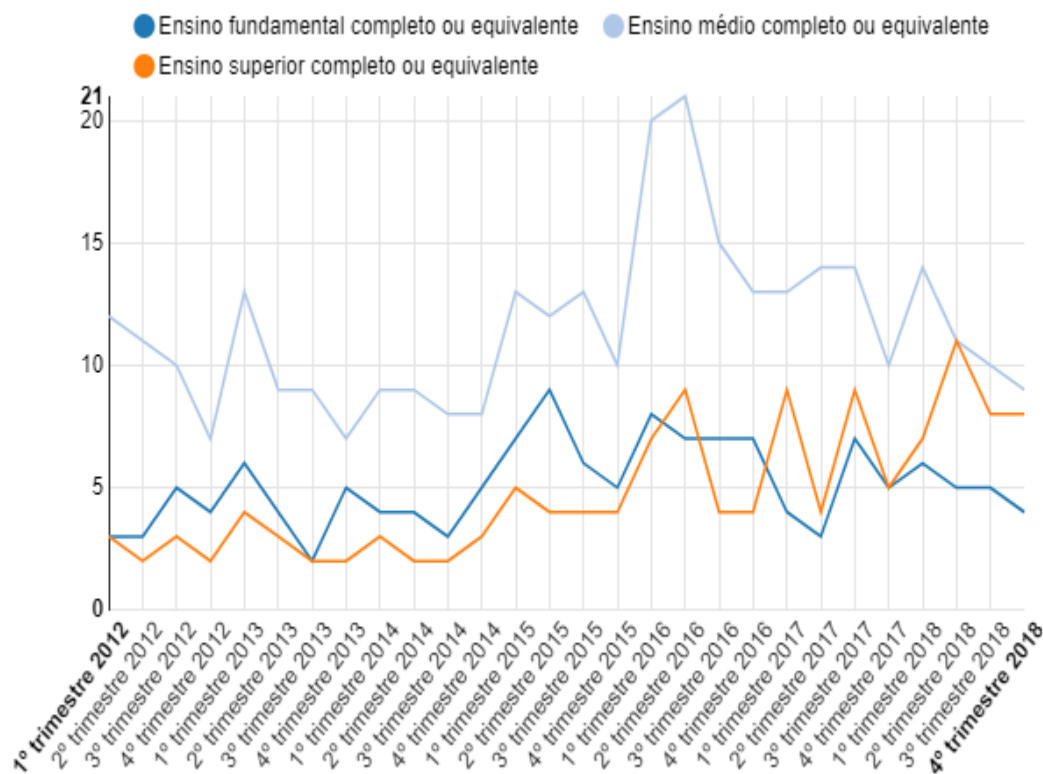


Figura 4 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (Mil pessoas) – **VALE DO RIO CUIABÁ**

Analisando os dados da figura 7 que considera os dados a nível de Centro Oeste, observa-se resultados semelhantes aos encontrados a nível de Brasil. Somente deve-se considerar que no final da série a partir do 2 trimestre de 2016 se observa um descolamento para cima dos valores da relação nos concluintes de nível fundamental em relação ao nível médio. Os valores para os concluintes de nível superior oscilaram entre 3 e 7%. Para nível médio os valores variaram entre 5 e 13%. Para o nível fundamental a oscilação ocorreu entre os valores de 5 e 14%.

Analisando os dados da figura 8 que considera os dados a nível de Mato Grosso, observa-se resultados semelhantes aos encontrados a nível de Brasil e Centro Oeste. Somente também como na região Centro Oeste deve-se considerar que no final da série

a partir do 2º trimestre de 2016, se observa um descolamento para cima dos valores da relação nos concluintes de nível fundamental em relação ao nível médio. Os valores para os concluintes de nível superior oscilaram entre 2 e 7%. Para nível médio os valores variaram entre 4 e 11%. Para o nível fundamental a oscilação ocorreu entre os valores de 4 e 14%.

Analisando os dados da figura 9 que considera os dados à nível da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá observa-se valores da relação menores para os concluintes do nível superior até o 2º trimestre de 2018, quando os valores passam a ficar bastante semelhantes aos dos concluintes do nível médio. Os valores da relação tanto para concluintes de nível médio com fundamental, com algumas oscilações trimestrais, são bastante semelhantes até o 2º trimestre de 2015 quando os valores do nível fundamental descolam-se para cima em relação ao nível médio, também com algumas oscilações trimestrais.

Os valores para os concluintes de nível superior oscilaram entre 3 e 10%. Para nível médio os valores variaram entre 5 e 13%. Para o nível fundamental a oscilação ocorreu entre os valores de 4 e 20%.

Analisando os dados da figura 10 que considera os dados a nível do município de Cuiabá observa-se resultados bastante semelhantes aos observados na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, entretanto observa-se que o deslocamento para cima dos concluintes do nível fundamental em relação ao nível médio a partir do 4º trimestre de 2013.

Os valores para os concluintes de nível superior oscilaram entre 2 e 10%. Para nível médio os valores variaram entre 5 e 15%. Para o nível fundamental a oscilação ocorreu entre os valores de 4 e 22%.

Segundo Ribeiro (2017) o efeito da escolaridade sofre alteração a depender da conjuntura do mercado de trabalho: numa situação de elevada taxa de desemprego, o efeito da escolaridade é mais elevado; o contrário se evidencia quando a taxa de desemprego é mais reduzida. Na medida em que ocorre redução da taxa de desemprego, o que diminui a competição por emprego entre os indivíduos e, portanto, a escolaridade

se “enfraquece” como atributo de diferenciação no mercado de trabalho, quanto ao aumento do nível de escolaridade da população economicamente ativa, como temos observado nos últimos anos no país. Para estas conclusões foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2002, 2007 e 2013.

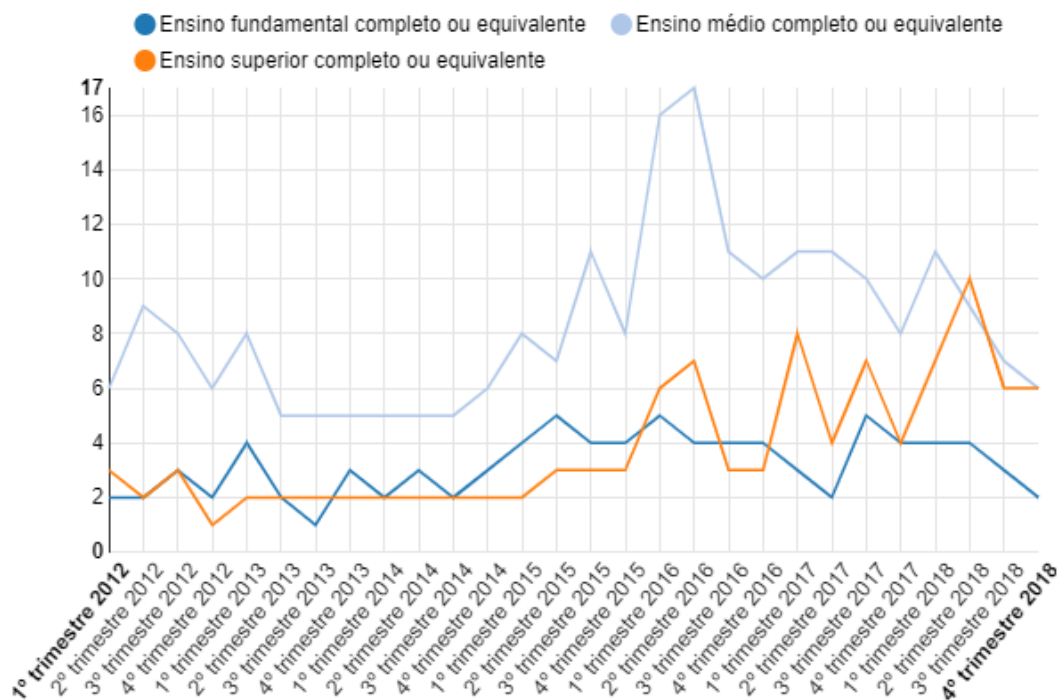


Figura 5 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (Mil pessoas) – **CUIABÁ**

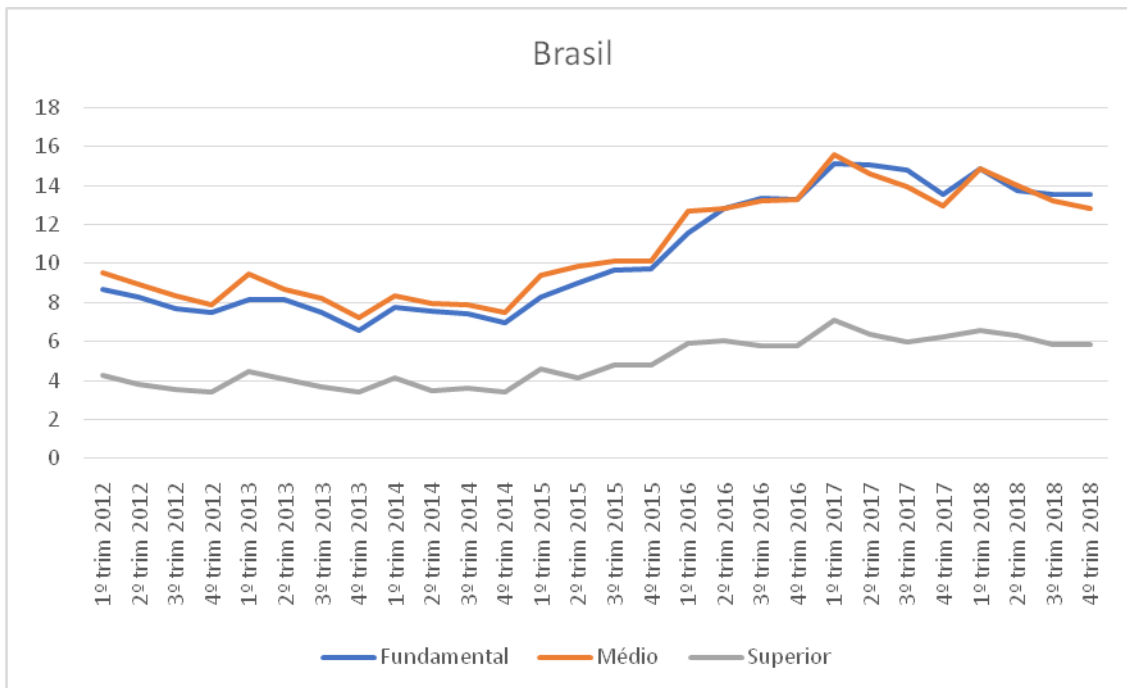


Figura 6 - Relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%) - **BRASIL**

Trimestre	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação, Região Metropolitana e Município x Nível de instrução														
	Brasil			Centro-Oeste			Mato Grosso			Vale do Rio Cuiabá (MT)			Cuiabá (MT)		
	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior
1º trimestre 2012	8,69	9,54	4,30	8,65	7,97	4,98	8,82	7,62	3,85	6,52	8,11	3,61	7,41	5,94	4,41
2º trimestre 2012	8,30	8,97	3,81	7,33	6,85	4,59	6,47	6,82	3,09	6,82	7,19	2,63	6,90	8,74	3,17
3º trimestre 2012	7,69	8,32	3,52	5,90	6,30	4,36	4,81	6,21	3,16	8,47	6,80	4,17	7,89	8,25	5,08
4º trimestre 2012	7,51	7,92	3,45	5,66	6,17	3,72	6,67	5,02	1,95	6,90	4,52	2,60	5,26	5,88	1,56
1º trimestre 2013	8,17	9,45	4,48	7,68	6,98	4,99	8,76	6,32	3,24	10,17	8,55	4,60	10,00	8,08	2,99
2º trimestre 2013	8,14	8,70	4,05	7,04	6,05	4,31	5,05	4,67	2,73	7,27	5,49	3,33	6,67	4,46	2,74
3º trimestre 2013	7,50	8,20	3,70	5,50	5,70	3,94	3,88	4,33	2,30	4,08	5,36	2,35	3,33	4,42	2,86
4º trimestre 2013	6,55	7,26	3,39	5,96	5,21	3,73	4,89	3,68	1,77	8,47	4,55	2,30	9,38	4,76	2,78
1º trimestre 2014	7,74	8,38	4,12	6,62	6,28	3,92	5,11	5,05	2,28	6,06	6,08	3,70	6,06	4,90	2,99
2º trimestre 2014	7,55	7,96	3,45	7,08	5,97	3,79	6,11	4,48	1,83	6,90	6,16	2,38	9,38	5,21	2,86
3º trimestre 2014	7,43	7,86	3,59	6,63	5,78	3,53	4,26	4,58	1,80	5,36	5,16	2,47	6,45	5,00	2,99
4º trimestre 2014	6,97	7,49	3,45	6,41	5,21	3,41	5,42	4,14	2,33	6,94	5,59	3,61	7,32	6,52	2,90
1º trimestre 2015	8,31	9,40	4,62	8,15	7,54	4,51	6,22	6,12	4,39	10,14	8,39	5,68	9,76	7,84	2,82
2º trimestre 2015	9,04	9,86	4,14	9,25	8,00	4,35	8,44	6,16	3,98	15,79	7,74	4,35	15,15	7,07	4,23
3º trimestre 2015	9,67	10,11	4,77	9,67	7,16	4,80	8,15	5,86	4,17	10,00	8,90	4,60	11,11	11,70	4,55
4º trimestre 2015	9,70	10,14	4,82	8,84	7,48	4,56	7,73	5,54	2,70	10,20	6,13	4,65	13,33	7,14	4,41
1º trimestre 2016	11,60	12,70	5,91	10,21	11,21	5,64	10,58	11,07	5,08	15,38	11,98	7,61	14,71	13,79	7,89
2º trimestre 2016	12,84	12,83	6,01	10,75	10,34	6,13	12,71	10,77	6,00	13,21	12,88	9,78	11,76	15,18	9,59
3º trimestre 2016	13,33	13,19	5,75	12,13	10,10	5,25	12,00	9,39	2,94	15,56	9,62	4,40	14,81	10,19	4,17
4º trimestre 2016	13,31	13,28	5,75	13,50	10,80	5,69	14,04	8,50	3,67	16,28	8,23	4,17	14,81	9,43	4,05
1º trimestre 2017	15,15	15,56	7,07	12,80	12,58	6,99	12,74	9,85	6,79	9,76	8,84	8,18	13,64	11,70	9,52
2º trimestre 2017	15,05	14,58	6,40	12,62	10,20	5,49	7,97	8,21	3,82	8,82	9,59	3,85	8,33	11,58	5,13
3º trimestre 2017	14,80	13,96	5,95	11,23	9,71	5,15	14,19	9,11	5,32	20,00	9,15	7,44	21,74	10,64	7,78
4º trimestre 2017	13,57	12,98	6,23	11,18	9,69	5,07	8,33	7,30	4,69	13,51	6,58	4,67	16,67	8,08	4,94
1º trimestre 2018	14,84	14,85	6,56	13,76	10,94	6,18	13,57	9,67	5,19	17,65	9,52	5,79	18,18	11,22	7,53
2º trimestre 2018	13,77	14,02	6,31	12,24	10,28	5,21	11,56	9,31	5,76	13,51	7,38	9,17	17,39	9,09	10,53

3º trimestre 2018	13,53	13,24	5,87	10,55	9,03	5,36	8,70	7,07	4,53	11,11	7,41	6,50	9,68	7,78	6,52
4º trimestre 2018	13,52	12,81	5,85	11,40	8,85	5,07	9,49	5,97	4,57	11,43	6,77	6,11	10,00	7,06	6,00
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral															

Tabela 3 - Relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%)

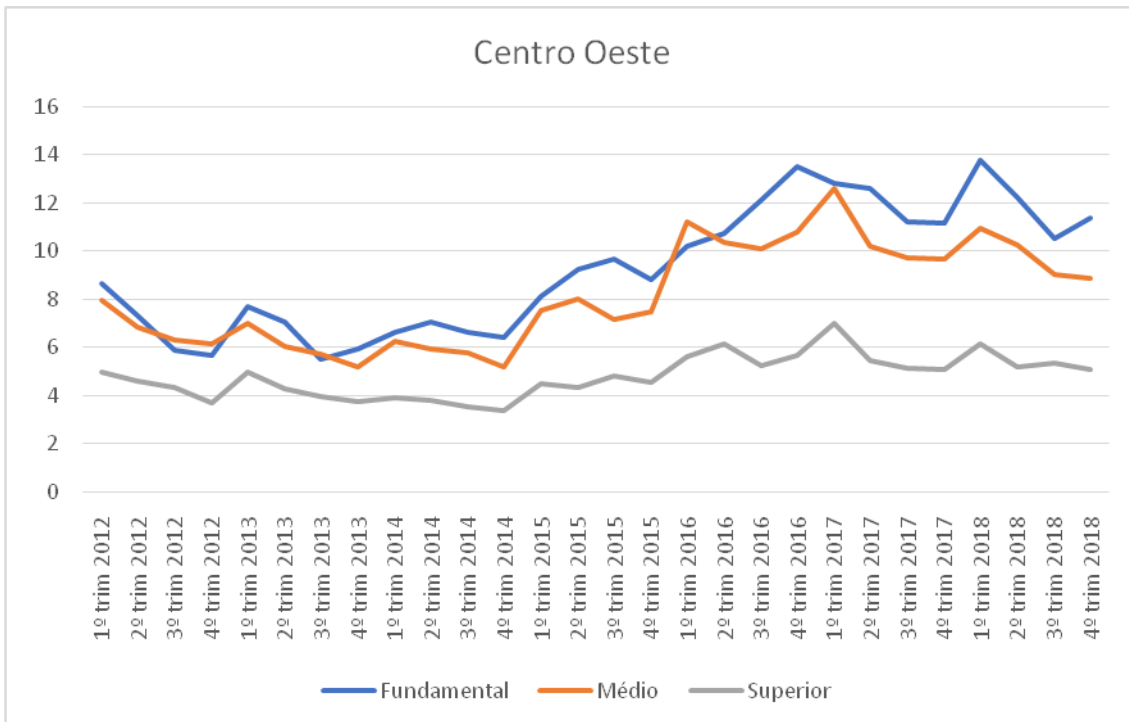


Figura 7 - Relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%) - **CENTRO OESTE**

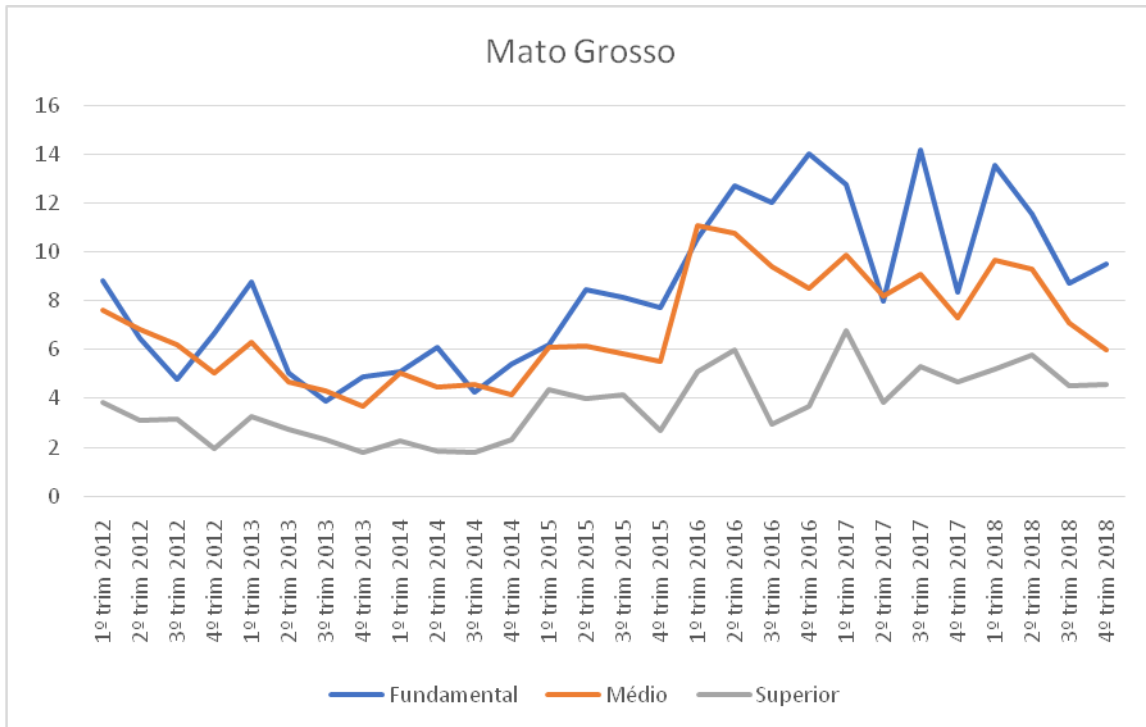


Figura 8 - Relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%)-
MATO GROSSO

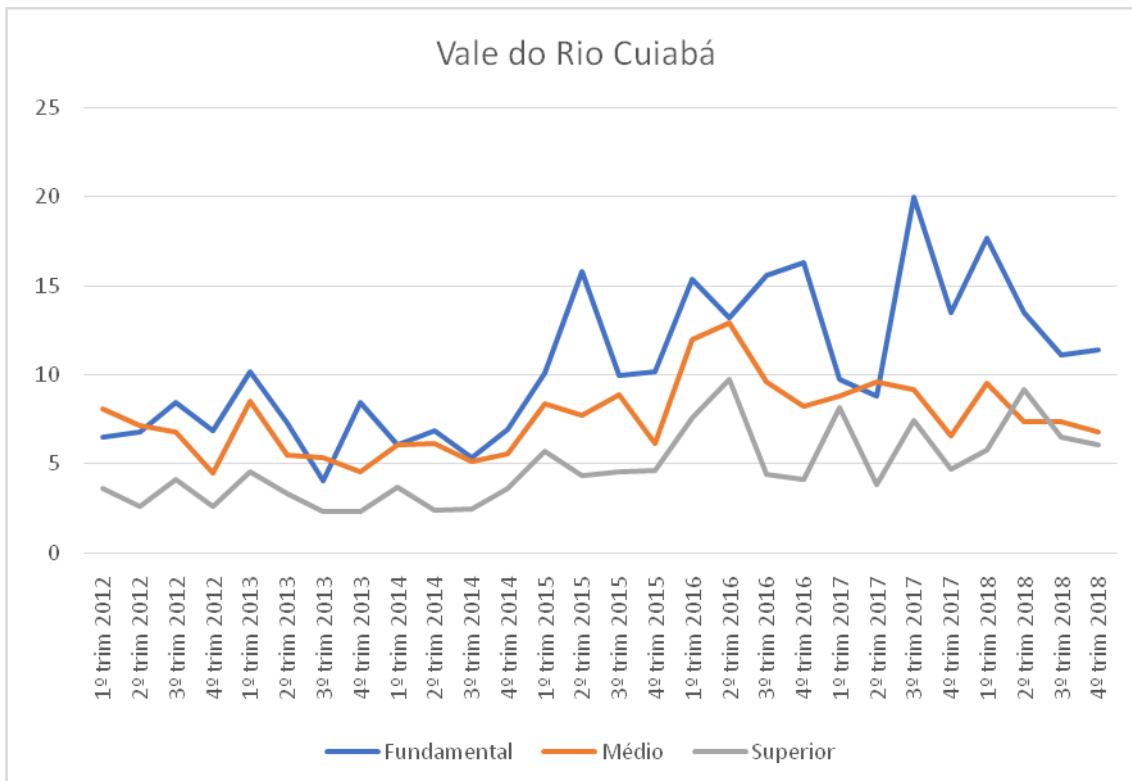


Figura 9 - Relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%) - **VALE DO RIO CUIABÁ**

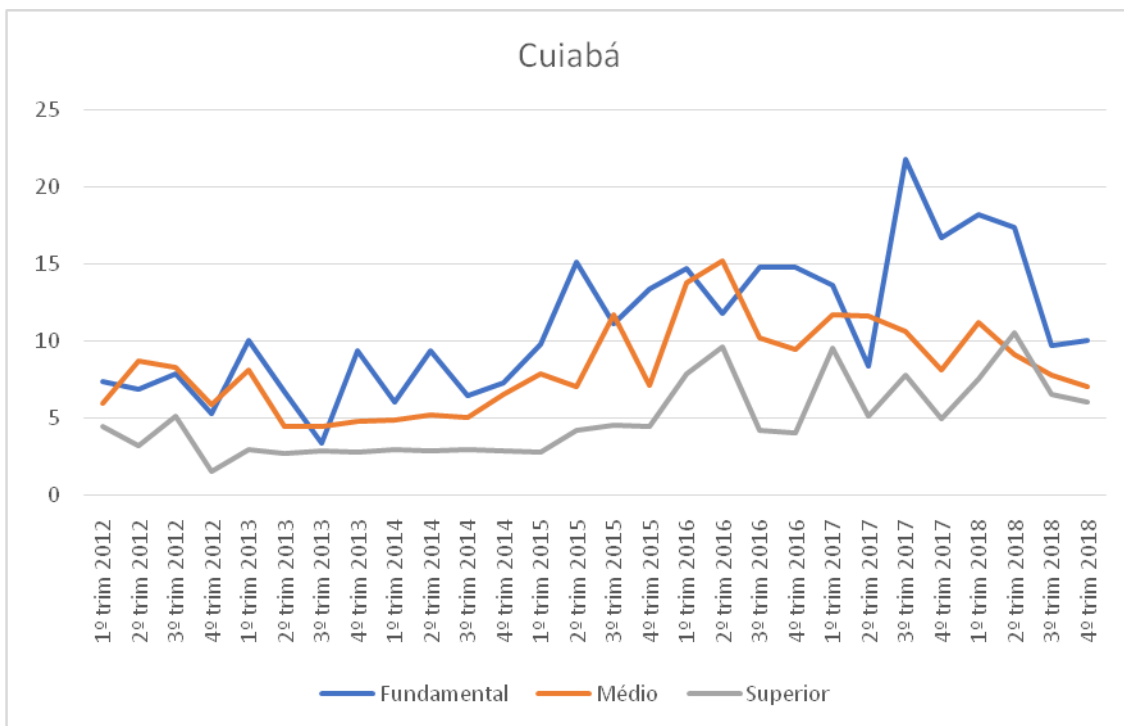


Figura 10 - Relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%)- **CUIABÁ**

Com relação a tabela 4 observa-se que o Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) aumenta ao longo da série para os três níveis de instrução concluídos estudados (fundamental, médio e superior). Também pode ser observado que em todo o período e níveis geográficos estudados, o rendimento do nível superior completo é maior que do nível médio completo que é mais elevado que o observado no nível fundamental completo.

Exceção feita a série analisada no município de Cuiabá onde os rendimentos do nível fundamental superam os valores observado para nível médio no final da série.

Os valores de rendimento médio nominal no início da série à nível de Brasil eram: R\$973 para nível fundamental, R\$1251 para nível médio e R\$3478 para nível superior. No final os valores eram de respectivamente: R\$1430, R\$1727 e R\$4779.

Os valores de rendimento médio nominal no início da série à nível de Centro Oeste eram: R\$1087 para nível fundamental, R\$1507 para nível médio e R\$4310 para nível superior. No final os valores eram de respectivamente: R\$1616, R\$1979 e R\$5158.

Os valores de rendimento médio nominal no início da série a nível de Mato Grosso eram: R\$1241 para nível fundamental, R\$1522 para nível médio e R\$3283 para nível superior. No final os valores eram de respectivamente: R\$1782, R\$1958 e R\$4109.

Os valores de rendimento médio nominal no início da série a nível da região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá eram: R\$1150 para nível fundamental, R\$1407 para nível médio e R\$3715 para nível superior. No final os valores eram de respectivamente: R\$1741, R\$1762 e R\$4743.

Os valores de rendimento médio nominal no início da série a nível do município de Cuiabá eram: R\$1231 para nível fundamental, R\$1527 para nível médio e R\$4022 para nível superior. No final os valores eram de respectivamente: R\$1799, R\$1783 e R\$5218.

Pode ser observado que no início da série os maiores rendimentos para os concluintes do nível fundamental eram pagos à nível de Mato Grosso (R\$1087). Para nível médio à nível de Cuiabá (R\$1527) e para nível superior à nível de Centro Oeste (R\$4310).

No final da série foi observado que os maiores rendimentos eram para os concluintes do nível fundamental à nível de Cuiabá (R\$1799). Para nível médio à nível de Centro Oeste (R\$1979) e para o nível superior à nível de Cuiabá (R\$5218).

Estes resultados também podem ser observados nas figuras 11,12, 13, 14 e 15 que destacam também que os concluintes do nível superior apresentam rendimentos médio nominal do trabalho principal bastante superior aos observados para nível médio e fundamental. Os valores do rendimento para os concluintes do nível médio são superiores aos observados para nível fundamental, mas esta diferença não é tão destacada com a do nível superior em relação aos demais.

Na figura 11 pode ser observado que o crescimento do rendimento médio nominal ao longo da série é mais acentuado para os concluintes do nível superior, do que o observado para os níveis médio e fundamental que apresentam crescimentos semelhantes.

Nas figuras 12 e 13 observa-se tanto a nível de Centro Oeste com de Mato Grosso um crescimento do rendimento médio nominal ao longo da série bastante semelhante em proporção ao longo da série. Exceção feita ao final da série de Mato Grosso onde o nível superior apresenta um crescimento mais acentuado a partir do 3º trimestre de 2018.

Exceção feita à nível de Brasil, onde a relação permanece constante entre nível médio e fundamental, pode ser observado nos outros níveis geográficos que da metade para o final da série os valores do nível fundamental deslocam-se para cima em relação ao nível médio que também apresenta crescimento, mas não tão acentuado. Com leve vantagem para o segundo. Com variações trimestrais ocorrendo.

A relação também cresce ao longo da série para os concluintes do nível superior, com leve diminuição no final do período estudado. Situação essa que também se repete para os níveis fundamental e médio.

Nas figuras 14 e 15 tanto para a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e município de Cuiabá no segundo semestre de 2018 ocorre uma aproximação e consequente valores muito semelhantes de rendimento médio nominal tanto para o nível fundamental como para o nível médio. Com leve vantagem para o primeiro.

Segundo Bagalin et al. (2003) no Brasil há desigualdade absoluta e relativa na escolaridade da população e esse é um dos principais fatores que explicam a desigualdade na distribuição de renda, pois um ano adicional de escolaridade no Brasil implica em valorização salarial elevada o que, aliado à escassez de mão de obra qualificada, contribui para concentração de renda pessoal no país. Um aumento de um ano na escolaridade média do brasileiro aumentaria em 0,35% a taxa de crescimento da renda per capita no Brasil. O mesmo estudo aponta que um aumento de um ano a mais

de escolaridade para o trabalhador brasileiro aumentaria em 20% a renda per capita do país.

Pinto (2017) em seu estudo mostra que a educação possui impacto sobre a desigualdade de renda. A ingressão nos segmentos de ensino, especialmente o Ensino Médio possui um efeito maior e estatisticamente significativo na redução da desigualdade de renda. Por fim, concluí que a educação afeta a desigualdade de renda no Brasil e o aumento de 1% da população com Ensino Médio completo, gera uma queda no índice de Gini de 0,003 p.p.

Documentou-se que cada ano de escolaridade eleva a produtividade do trabalho em aproximadamente 8% para o E.U.A. Além disso, o retorno da educação no Brasil é bastante elevado sendo superior aos 10% ao ano. A educação explica de 30% a 50% da desigualdade de renda do Brasil no período compreendido entre a década de 70 até meados da década de 90. Mais recentemente a educação tem papel central na redução da desigualdade (Barbosa Filho et., 2009).

Segundo (Souza, 2013) a abordagem da teoria do capital humano, o aumento do nível educacional de uma população pode implicar em ganhos de produtividade do fator trabalho e refletir aumentos, por sua vez, nas rendas médias. Tal condição poderia gerar uma condição mais igualitária em termos de distribuição de renda.

A partir da implantação do plano Real, em 1995, é possível identificar que o Brasil passou a indicar aumentos no nível de renda média, melhora nos índices de frequência e escolaridade e uma acentuada queda no índice de desigualdade de renda, distintamente de período anteriores (Nakabashi, I.; Assahide, I., 2017).

Um resultado importante encontrado nas estimações é que está ocorrendo uma redução no retorno da escolaridade para jovens e adultos no Brasil. Desse modo, a elevação da renda por essa via vem perdendo importância até mesmo pela maior quantidade de jovens e adultos com maior nível de escolaridade. Esses resultados indicam que, de forma geral, a oferta de trabalhadores qualificados se expandiu mais rapidamente do que a demanda. O fato do retorno da escolaridade ser maior para os adultos em relação aos jovens, nos diferentes anos, também pode estar associado à

elevação da escolaridade que é mais acentuada para os jovens (Nakabashi, I.; Assahide, I., 2017).

Adicionalmente, existe um diferencial importante do retorno da escolaridade entre os jovens das diferentes classes, sendo mais elevado para os jovens da classe alta, o que limita a melhoria da distribuição de renda via elevação da escolaridade dos filhos de famílias de classes média e baixa. Essa distinção do retorno da escolaridade ocorre, provavelmente, pela maior proporção de jovens da classe alta com ensino superior e pelo diferencial de qualidade do ensino, entre outras causas, como capital social, estoque de riqueza familiar, etc. Um resultado preocupante é que o retorno da escolaridade dos jovens da classe média fica muito próximo do retorno dos jovens da classe baixa, apontando a semelhança entre eles no que diz respeito à importância da escolaridade como processo de ascensão econômica (Nakabashi, I.; Assahide, I., 2017).

Salvato et al. (2010) procuraram identificar o quanto do diferencial de renda entre as regiões Nordeste e Sudeste e entre o Estado do Ceará e São Paulo é explicado pelo diferencial de escolaridade da população. Estimaram as distribuições de renda do trabalho reais e contrafactuais do Estado do Ceará e da região Nordeste reponderadas pelas escolaridades da região Sudeste e do Estado de São Paulo.

Verificou-se que: a dispersão de renda é maior nas distribuições com menor média, ou seja, a desigualdade de renda, que é enorme em todas as regiões, é maior nas regiões mais pobres; entre 12% e 36% da diferença de renda do trabalho entre a região Nordeste e a região Sudeste e entre os Estados de São Paulo e Ceará, se deve às diferenças de escolaridade; a reponderação pela escolaridade aumentou em cerca de 55% a renda média da região Nordeste e do Estado do Ceará; a renda do Nordeste reponderada pela escolaridade do Sudeste equivale a 93% da renda média brasileira; quanto mais elevado for o percentil de renda considerado, maior é a contribuição da diferença de escolaridade para a diferença de renda, e a dispersão de renda das regiões mais pobres aumenta quando fornecemos a elas o nível de escolaridade das regiões mais ricas, mantendo-se o perfil salarial da região.

Segundo Bonadia (2008) a educação que o indivíduo possua ajudará imensamente a tornar a recompensa pelo seu trabalho mais rentável. Aqueles que possuem um nível maior de estudo poderão ocupar-se em atividades cada vez mais reconhecidas monetariamente. O estado onde reside, seu sexo, idade e raça também serão fatores decisórios para seu salário. Conclui-se principalmente então, que a educação que o indivíduo possua ajudará imensamente a tornar a recompensa pelo seu trabalho mais rentável. Em seu estudo observou que os níveis de escolaridade mostram uma relação positiva com a renda por hora de trabalho. por exemplo, paga 113% a mais que aqueles que não obtiveram nem menos um ano de estudo em 1976. Já em 2006 esta relação cai: aqueles que estudaram mais que 12 anos recebem 88% mais que aqueles sem estudo.

Analisando a tabela 5 e as figuras 16,17 e 18 observa-se que para os níveis geográficos Brasil, Centro Oeste e Mato Grosso ocorre uma aproximação ao longo de toda a série do número de horas trabalhadas para os três níveis de escolaridade estudados. Mas sempre com menor número de horas trabalhadas para os níveis médio e fundamental completos.

Analisando a tabela 5 e as figuras 19 e 20 observa-se que a até 3º trimestre de 2019 na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e município de Cuiabá as pessoas com nível superior apresentavam um número médio de horas trabalhadas inferior aos níveis médio e fundamental.

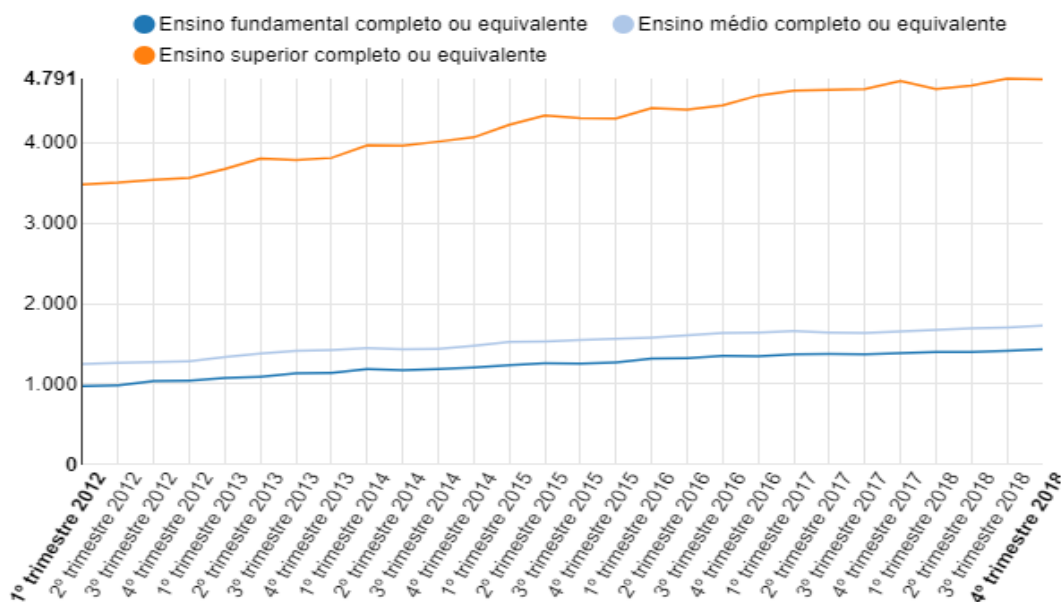


Figura 11 - Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) - **BRASIL**

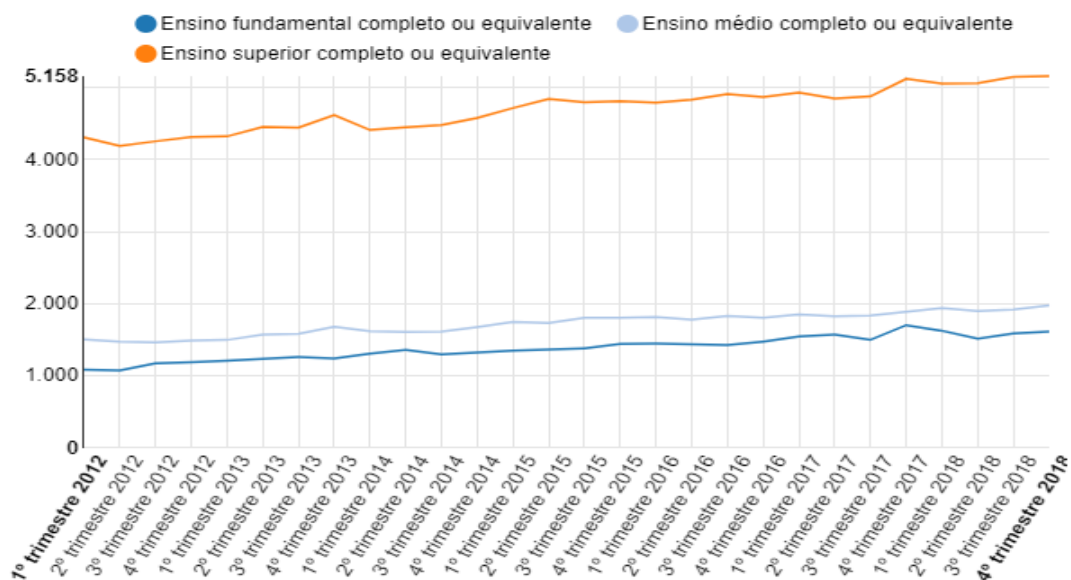


Figura 12 - Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) – **CENTRO OESTE**



Trimestre	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação, Região Metropolitana e Município x Nível de instrução														
	Brasil			Centro-Oeste			Mato Grosso			Vale do Rio Cuiabá (MT)			Cuiabá (MT)		
	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior
1º trimestre 2012	973	1251	3478	1087	1507	4310	1241	1522	3283	1150	1407	3715	1231	1527	4022
2º trimestre 2012	983	1263	3502	1077	1477	4189	1118	1365	3300	1107	1427	3643	1260	1513	3908
3º trimestre 2012	1037	1275	3535	1173	1466	4254	1346	1425	3148	1604	1440	3456	1890	1546	3709
4º trimestre 2012	1044	1281	3560	1188	1489	4314	1275	1401	3188	1356	1422	3354	1411	1500	3630
1º trimestre 2013	1076	1334	3670	1211	1498	4322	1267	1514	3300	1091	1373	3379	1107	1439	3758
2º trimestre 2013	1092	1380	3800	1236	1573	4453	1311	1561	3371	1103	1691	3415	1116	1843	3521
3º trimestre 2013	1134	1413	3781	1262	1582	4444	1281	1525	3280	1239	1508	3475	1175	1551	3672
4º trimestre 2013	1139	1423	3807	1241	1684	4618	1268	1624	3871	1260	1660	3605	1231	1656	3943
1º trimestre 2014	1187	1449	3964	1309	1618	4411	1355	1537	3483	1366	1505	3784	1367	1484	3931
2º trimestre 2014	1172	1430	3959	1359	1608	4447	1370	1574	3846	1299	1608	4030	1355	1734	4261
3º trimestre 2014	1185	1437	4009	1298	1617	4479	1412	1602	3638	1349	1531	3573	1434	1589	3843
4º trimestre 2014	1205	1476	4063	1326	1679	4578	1405	1640	3658	1363	1550	3884	1413	1617	4068
1º trimestre 2015	1233	1525	4219	1348	1747	4715	1419	1729	3581	1336	1646	4038	1472	1792	4243
2º trimestre 2015	1259	1529	4335	1364	1736	4843	1471	1673	3821	1295	1510	4055	1438	1587	4421
3º trimestre 2015	1252	1546	4301	1381	1807	4793	1477	1736	3639	1400	1624	3803	1494	1698	4063
4º trimestre 2015	1271	1564	4297	1446	1805	4812	1530	1706	3509	1466	1746	3891	1590	1886	4147
1º trimestre 2016	1318	1577	4423	1450	1814	4791	1423	1780	3730	1327	1714	4373	1354	1760	4515
2º trimestre 2016	1320	1604	4404	1437	1779	4832	1534	1805	3791	1332	1795	3990	1261	1903	4323
3º trimestre 2016	1349	1632	4459	1427	1834	4909	1478	1767	3933	1294	1753	4642	1241	1856	4997
4º trimestre 2016	1348	1639	4581	1475	1808	4868	1508	1763	3783	1353	1731	4213	1336	1753	4514
1º trimestre 2017	1368	1660	4642	1549	1851	4930	1679	1847	3982	1457	1797	4580	1390	1754	5024
2º trimestre 2017	1376	1639	4652	1575	1826	4845	1551	1749	4058	1324	1719	4629	1334	1663	5129
3º trimestre 2017	1370	1633	4660	1499	1838	4876	1608	1806	4032	1257	1755	4703	1265	1763	5209
4º trimestre 2017	1383	1656	4761	1704	1889	5121	1646	1871	3704	1408	1930	3881	1476	1978	4238
1º trimestre 2018	1400	1672	4663	1627	1939	5055	1682	1974	3789	1346	1827	4064	1275	1763	4385

2º trimestre 2018	1397	1692	4706	1515	1899	5058	1770	1917	3792	1460	1812	4226	1602	1763	4565
3º trimestre 2018	1415	1701	4791	1590	1921	5148	1764	1895	4244	1702	1795	5333	1770	1686	6152
4º trimestre 2018	1430	1727	4779	1616	1979	5158	1782	1958	4109	1741	1762	4743	1799	1783	5218

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Tabela 4 - Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais)

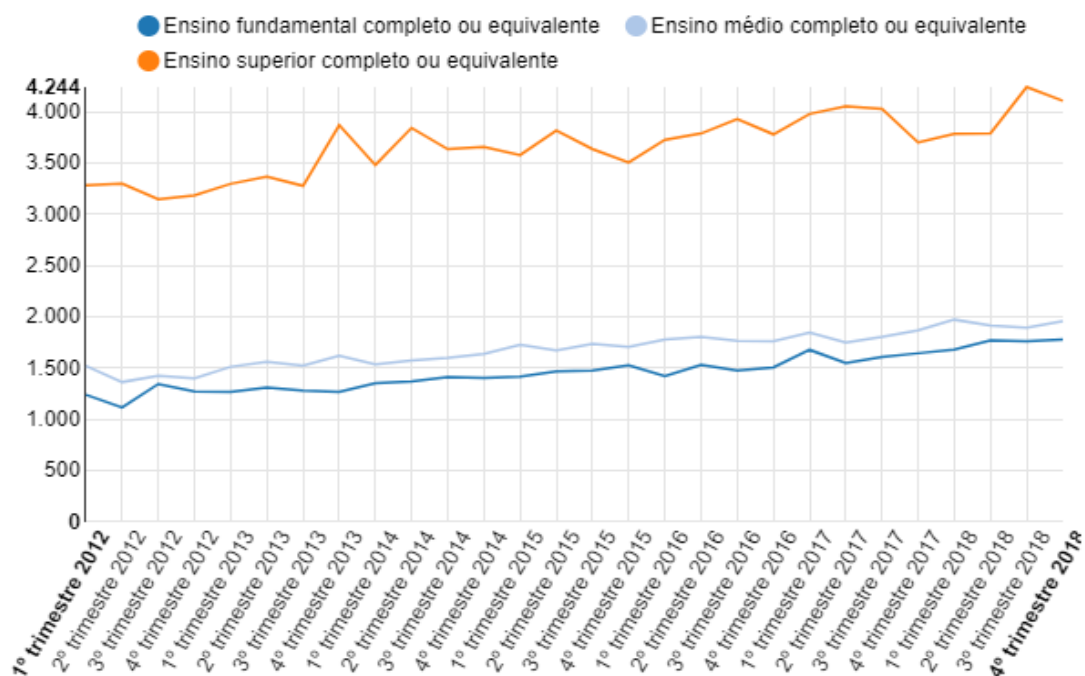


Figura 13 - Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) – **MATO GROSSO**

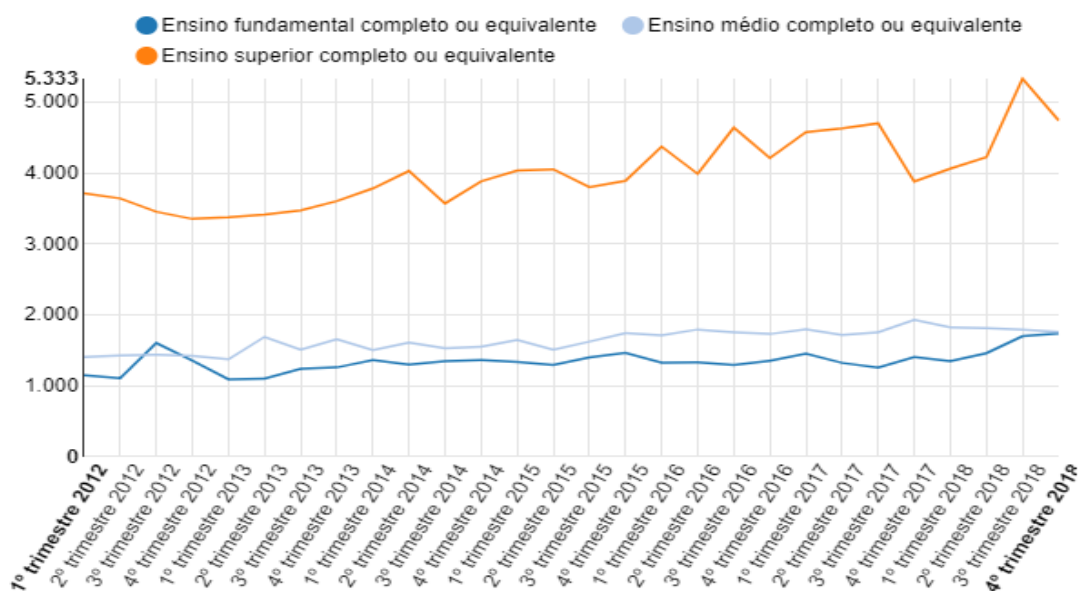


Figura 14 - Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) – **MATO GROSSO**

por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) – **VALE DO RIO CUIABÁ**

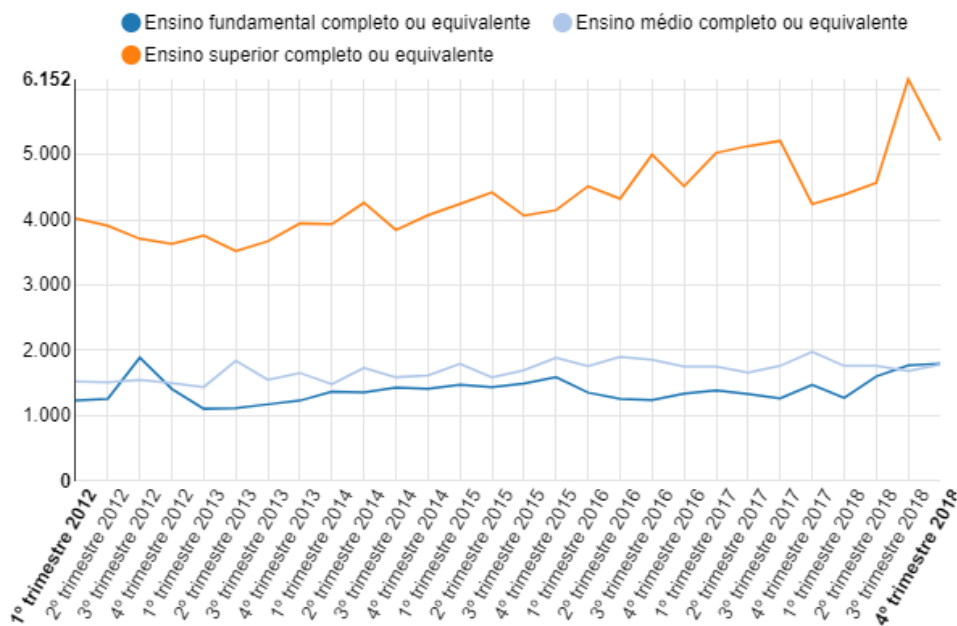


Figura 15 - Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) – **CUIABÁ**

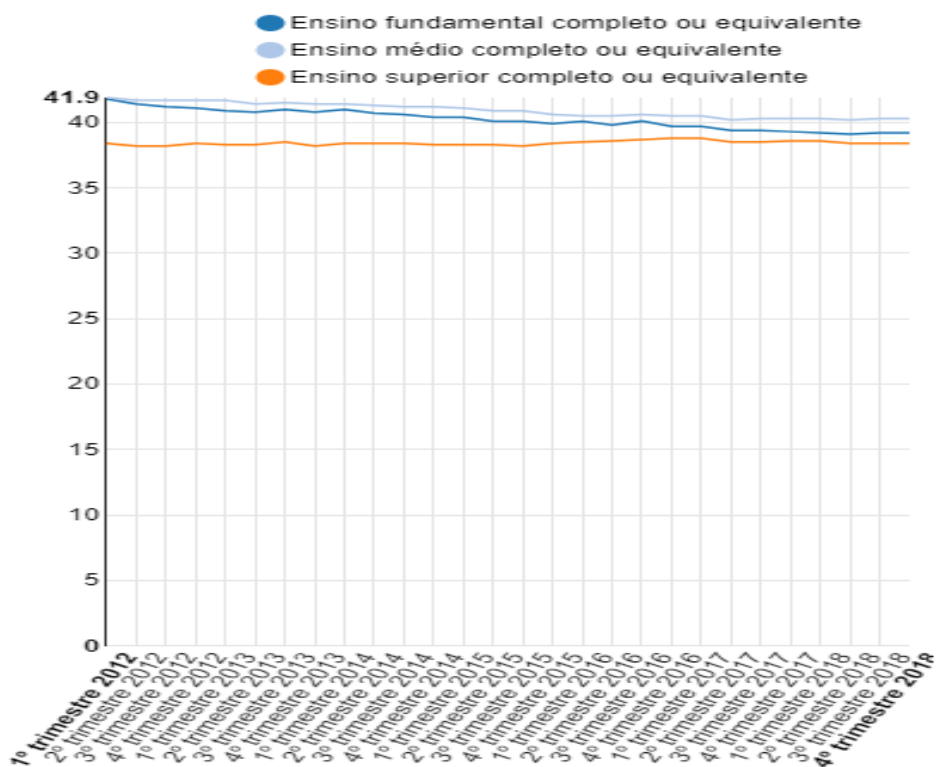


Figura 16 - Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Horas) – **BRASIL**

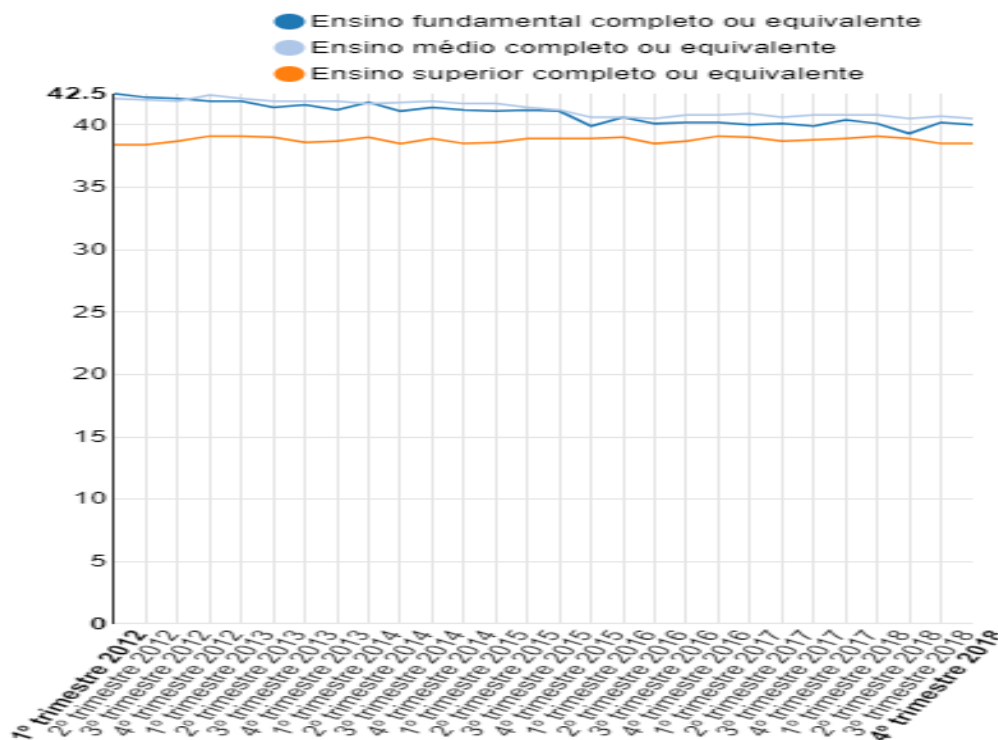


Figura 17 - Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Horas) – **CENTRO OESTE**

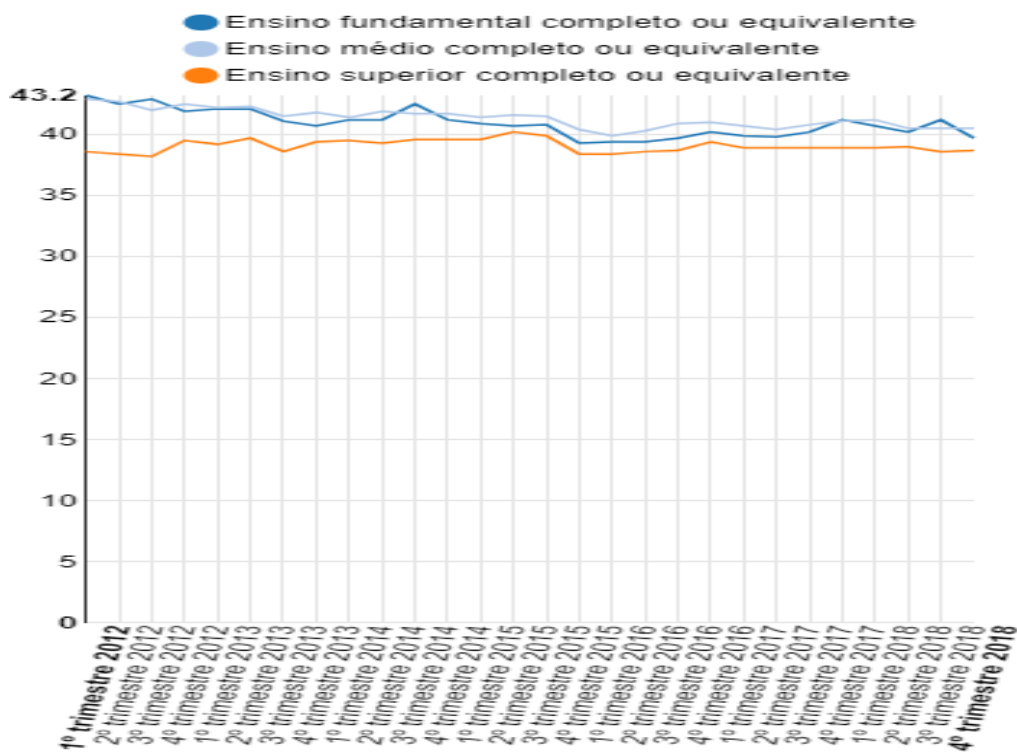


Figura 18 - Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Horas) – **MATO GROSSO**

Trimestre	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação, Região Metropolitana e Município x Nível de instrução														
	Brasil			Centro-Oeste			Mato Grosso			Vale do Rio Cuiabá (MT)			Cuiabá (MT)		
	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior	fundamental	médio	superior
1º trimestre 2012	41,8	41,9	38,4	42,5	42,1	38,4	43,2	42,9	38,6	41,4	42,2	38,2	40,2	42,3	37,6
2º trimestre 2012	41,4	41,7	38,2	42,2	42	38,4	42,5	42,7	38,4	41,6	41,7	37,9	41	41,5	37,8
3º trimestre 2012	41,2	41,7	38,2	42,1	41,9	38,7	42,9	42	38,2	41,2	42	37,5	41,4	41,7	37,4
4º trimestre 2012	41,1	41,7	38,4	41,9	42,4	39,1	41,9	42,5	39,5	40,8	42,3	39,7	40,1	42,1	39,8
1º trimestre 2013	40,9	41,7	38,3	41,9	42,1	39,1	42,1	42,2	39,2	41,3	41,5	38,2	41,9	41	38,6
2º trimestre 2013	40,8	41,4	38,3	41,4	41,9	39	42,1	42,3	39,7	40,7	41,8	39,4	41,3	40,9	39,7
3º trimestre 2013	41	41,5	38,5	41,6	41,9	38,6	41,1	41,5	38,6	40,7	40,7	37,8	40,5	40,6	37,8
4º trimestre 2013	40,8	41,4	38,2	41,2	41,9	38,7	40,7	41,8	39,4	39,7	40,7	38,4	39,6	39,8	38,7
1º trimestre 2014	41	41,4	38,4	41,8	41,7	39	41,2	41,4	39,5	41,2	40,8	39,1	40,7	40,1	39,4
2º trimestre 2014	40,7	41,3	38,4	41,1	41,8	38,5	41,2	41,9	39,3	40,6	40,6	39,2	40,4	40,2	39,4
3º trimestre 2014	40,6	41,2	38,4	41,4	41,9	38,9	42,5	41,7	39,6	42,5	40,8	39,9	42,6	40,3	39,7
4º trimestre 2014	40,4	41,2	38,3	41,2	41,7	38,5	41,2	41,7	39,6	40,8	40,4	40,3	41,3	40,7	40,7
1º trimestre 2015	40,4	41,1	38,3	41,1	41,7	38,6	40,9	41,4	39,6	39,7	40,6	39,3	38,7	40,3	39,7
2º trimestre 2015	40,1	40,9	38,3	41,2	41,4	38,9	40,7	41,6	40,2	39,4	41,1	40	38,8	41	40,5
3º trimestre 2015	40,1	40,9	38,2	41,1	41,2	38,9	40,8	41,5	39,9	39,3	40,6	38,1	39,4	40,1	38,9
4º trimestre 2015	39,9	40,6	38,4	39,9	40,6	38,9	39,3	40,4	38,4	38,4	39,2	37,9	39	38,9	38
1º trimestre 2016	40,1	40,5	38,5	40,6	40,6	39	39,4	39,9	38,4	38,3	39,7	38	38,1	39,4	38,2
2º trimestre 2016	39,8	40,5	38,6	40,1	40,5	38,5	39,4	40,3	38,6	39,4	39,6	37,6	38,6	38,9	37,8
3º trimestre 2016	40,1	40,6	38,7	40,2	40,8	38,7	39,7	40,9	38,7	39,3	40	39,1	38,3	40	39,2
4º trimestre 2016	39,7	40,5	38,8	40,2	40,8	39,1	40,2	41	39,4	39,1	39,8	40	39,5	39,6	40,2
1º trimestre 2017	39,7	40,5	38,8	40	40,9	39	39,9	40,7	38,9	39,4	39,7	38,9	39,1	39,4	39,1
2º trimestre 2017	39,4	40,2	38,5	40,1	40,6	38,7	39,8	40,4	38,9	39,9	39,3	39,1	40,1	38,8	39
3º trimestre 2017	39,4	40,3	38,5	39,9	40,8	38,8	40,2	40,8	38,9	37,8	39,3	38,4	37,2	39	38,1
4º trimestre 2017	39,3	40,3	38,6	40,4	40,8	38,9	41,2	41,1	38,9	39,3	40,2	38,8	39,6	40,1	38,5
1º trimestre 2018	39,2	40,3	38,6	40,1	40,8	39,1	40,7	41,2	38,9	40,7	40,3	38,1	40,8	40	38,5

2º trimestre 2018	39,1	40,2	38,4	39,3	40,5	38,9	40,2	40,5	39	38,6	40,4	38,4	40,2	40,2	38,4
3º trimestre 2018	39,2	40,3	38,4	40,2	40,7	38,5	41,2	40,5	38,6	40,9	39,7	38,1	42,9	39,6	38,3
4º trimestre 2018	39,2	40,3	38,4	40	40,5	38,5	39,7	40,5	38,7	40,1	39,5	38,5	41,3	40,5	39

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Tabela 5 - Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Horas)

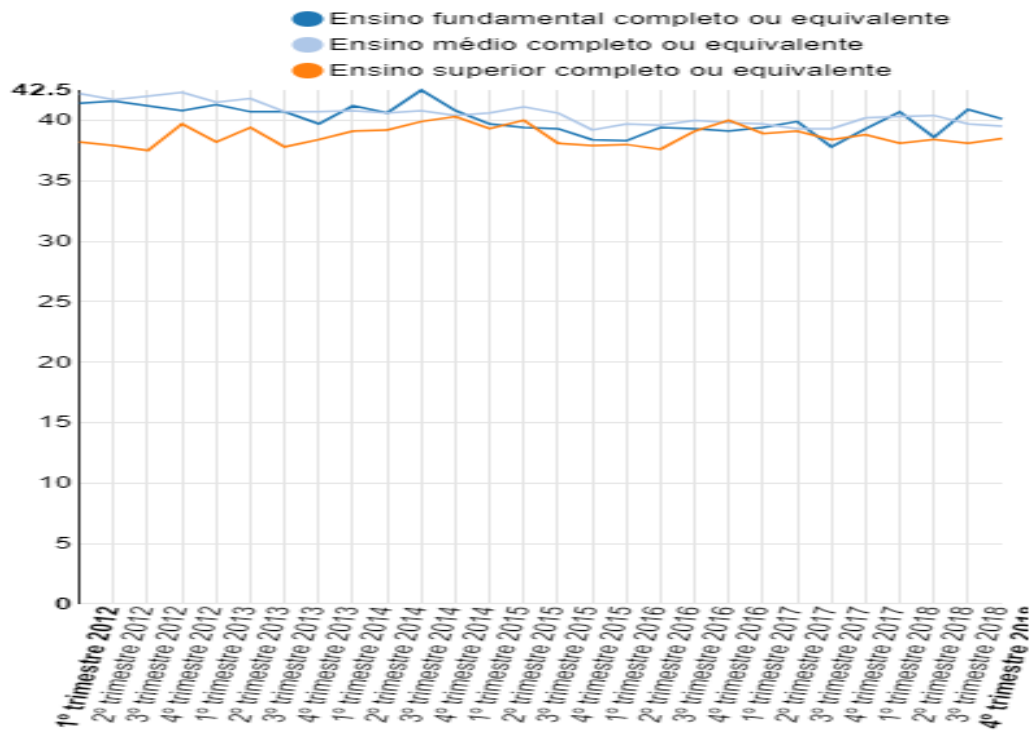


Figura 19 - Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Horas) – **VALE DO RIO CUIABÁ**

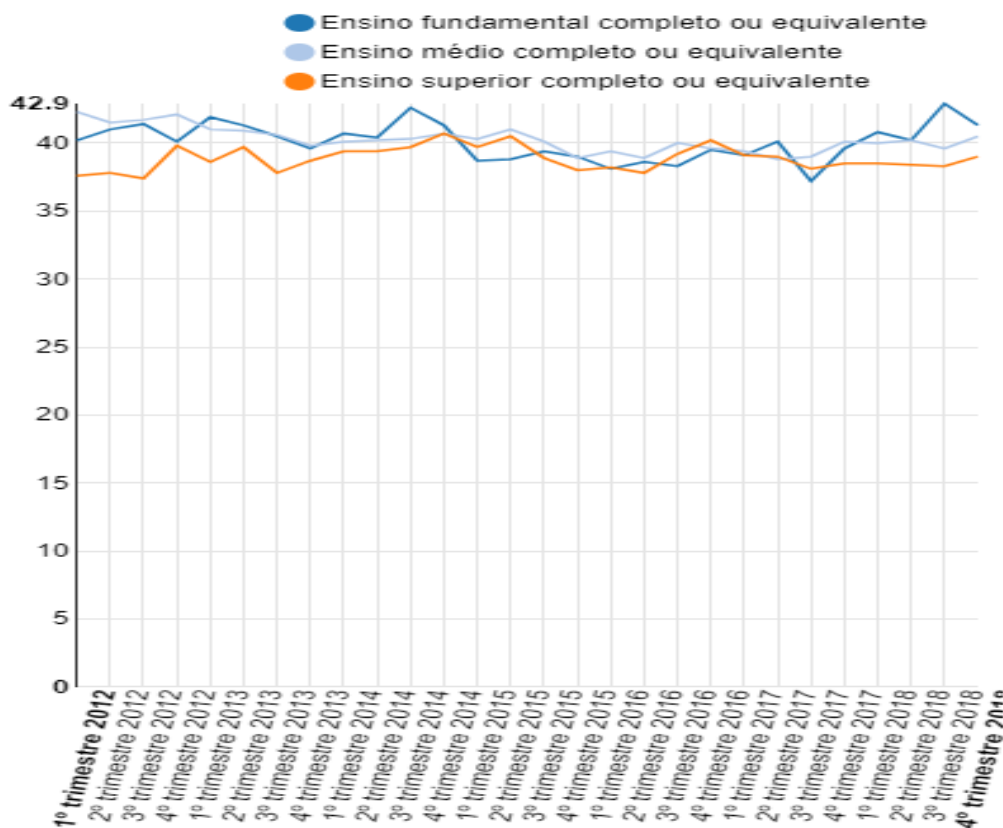


Figura 20 - Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Horas) – **CUIABÁ**

4. Conclusão

Existe uma forte predominância na força de trabalho de pessoas acima de 14 a nível de Brasil com ensino médio completo quando comparado a pessoas com nível fundamental completo ou superior completo. Estas diferenças também existem, com menor intensidade, nos outros níveis geográficos analisados. Exceção feita ao nível geográfico Vale do Rio Cuiabá, onde no final da série foram observados valores bastante semelhantes na força de trabalho de pessoas com ensino médio e superior completos.

Podemos observar que nos 5 níveis geográficos analisados, o número de pessoas com 14 anos ou mais diminuiu com nível fundamental completo ao longo do período analisado.

O número de pessoas com 14 ou mais anos com ensino médio e superior completos aumentam ao longo da série, exceção feita ao nível geográfico Vale do Rio Cuiabá que apresenta diminuição para o nível médio. Este incremento é mais significativo para pessoas com ensino superior completo em todos os níveis analisados.

O quantitativo de pessoas desocupadas é sempre maior para grau de instrução médio completo. Isto explica-se pela maior quantidade de pessoas na força de trabalho com este nível de instrução. Pode-se avaliar para todos os níveis geográficos analisados que os valores aumentam até o ano de 2017 e depois começam a reduzir de forma tímida até o final da série.

Na maioria dos trimestres analisados em todos os níveis geográficos a relação entre pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas e na força de trabalho (%) tem valores menores para as pessoas que concluíram o curso superior. As únicas exceções observadas são para a região metropolitana do vale do Rio Cuiabá e no município de Cuiabá a partir do 2º trimestre de 2018.

O rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência aumenta ao longo da série para os três níveis de instrução concluídos estudados (fundamental, médio e superior).

Em todos os períodos e níveis geográficos estudados, o rendimento do nível superior completo é superior ao do nível médio completo que é mais elevado que o observado no nível fundamental completo.

Exceção feita a série analisada no município de Cuiabá onde os rendimentos do nível fundamental superam os valores observado para nível médio no final da série.

O número médio de horas habitualmente trabalhadas na semana de referência diminuiu a nível de Brasil, Centro Oeste, Mato Grosso e Vale do Rio Cuiabá para os níveis fundamental e médio completos e mantendo-se estáveis em relação ao nível

superior completo. No município de Cuiabá foi observado observou-se aumento do número de horas trabalhadas para o nível fundamental e superior e diminuição para o nível médio completo.

Observa-se que para os níveis geográficos Brasil, Centro Oeste e Mato Grosso uma aproximação ao longo de toda a série do número de horas trabalhadas para os três níveis de escolaridade estudados. Mas sempre com menor número de horas trabalhadas para os níveis médio e fundamental completos.

As pessoas com nível superior, no período analisado, apresentavam um número médio de horas trabalhadas inferior aos níveis médio e fundamental. Exceção feita a alguns trimestres nos níveis geográficos do Vale do Rio Cuiabá e município de Cuiabá

5. Bibliografia

BAGALIN, I. ; SABINO, D.; SABINO, J. **A desigualdade da distribuição da educação e crescimento no Brasil: índice de Gini e anos de escolaridade.** 2003.

BONADIA, P.R. **Relação entre o nível de escolaridade e a renda no Brasil.** IBMEC São Paulo. Faculdade de Economia e Administração. 2008.

BARBOSA FILHO, F. H.; Pessoa, S. **“Educação, Crescimento e Distribuição de Renda: A experiência brasileira em perspectiva histórica”** em Fernando Veloso. Editora:Elsevier. p. 51-72. 2009

FURTADO, A. **Desemprego entre jovens: situação do Brasil e lições da experiência internacional.** Consultoria Legislativa. Estudo Técnico de julho de 2016.

HYPÓLITO, E.B. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio. Principais Mudanças Conceituais Referentes ao Tema Trabalho.** Mercado de Trabalho, 43, 12p. 2010.

IBGE. **Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Março de 2018. Referência aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018. Brasil.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).Rio de Janeiro.

IBGE. **Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Março de 2018. Referência aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018. Mato Grosso.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios. (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Março de 2018. Referência aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018. Região Metropolitana de Cuiabá. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Março de 2018. Referência aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018. Cuiabá. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Junho de 2018. Referência aos meses de abril, maio e junho de 2018. Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Junho de 2018. Referência aos meses de abril, maio e junho de 2018. Mato Grosso. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Junho de 2018. Referência aos meses de abril, maio e junho de 2018. Região Metropolitana de Cuiabá. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Junho de 2018. Referência aos meses de abril, maio e junho de 2018. Cuiabá. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Setembro de 2018. Referência aos meses de julho, agosto e setembro de 2018. Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Setembro de 2018. Referência aos meses de julho, agosto e setembro de 2018. Mato Grosso. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios. (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Setembro de 2018. Referência aos meses de julho, agosto e setembro de 2018. Região Metropolitana de Cuiabá. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Setembro de 2018. Referência aos meses de julho, agosto e setembro de 2018. Cuiabá. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Dezembro de 2018. Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018. Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Dezembro de 2018. Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018. Mato Grosso. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Dezembro de 2018. Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018. Região Metropolitana de Cuiabá. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. Dezembro de 2018. Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018. Cuiabá. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

IBGE. Nota Técnica. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Versão 1.5. 3ª Edição. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2018.

IBGE. Nota técnica. Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, Pnad e Pnad Contínua. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2015.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego. Notas Metodológicas Volume 23.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas Metodológicas Volume 1.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Algumas características de força de trabalho por cor e raça. Volume 1.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2017.

NAKABASHI, L.; ASSAHIDE, L. **Estimando o retorno da escolaridade dos jovens por classe de renda: 1997:2012.** Repositório do IPEA. 2017.

PINTO, I.F.A. **Educação e desigualdade de renda no Brasil.** Dissertação (mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Pós Graduação em Economia. 53F.

PITOMBO LEITE, F. **Desigualdade e Conjuntura: Quatro Anos de Dados trimestrais da PNAD Contínua (2012- 2015).** BRAZILIAN KEYNESIAN REVIEW, 2 (1), p.132-140, 1st Semester/2016.

REIS, M.C.; CAMARGO, J.M. **Desemprego dos jovens no Brasil: Os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez do informação.** XXVII Encontro Brasileiro de Econometria. Rio de Janeiro. V.61 n.4/ p.493-518. Out/Dez 2007.

RIBEIRO, G.R. **Desigualdades de renda: a escolaridade em questão.** Educ. Soc., Campinas, V.38, nº 168, p.169-188, jan.-mar., 2017.

SALVATO, M.A.; FERREIRA, P.C.G.;DUARTE, A.J.M. **Impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda.** EST. ECON., São Paulo, V.40, N.4, p. 753-791, out-dez. (2010).

SIMÕES, P.H.C.; ALVES, J.E.D.; SILVA, P.L.N. **Transformações e tendências do mercado de trabalho entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo emprego?** Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro. V33, n.3; p.541-566, set/dez. 2016.

SOUZA, M.I.A.; TAQUES, F.H.;OLIVEIRA, J.C.T.;ALENCAR, D.A. **Relação entre desigualdade e educação no Brasil: Uma estimativa de dados em painel (1995-2009).** Revista de Textos de Economia, v.16, n.2. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. 2013.